

AUISA

BIOENERGIA + AÇÚCAR

Usinas Itamarati S.A

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de março de 2026.



Índice

Relatório da Administração	8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações individuais e consolidadas	13
Balanço patrimonial	15
Demonstração de resultado	16
Demonstração de resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21
1. Contexto operacional.....	21
2. Base de preparação.....	22
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	22
4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis materiais.....	22
5. Mudanças nas políticas contábeis materiais	24
6. Novas normas não vigentes	24
7. Base de mensuração	24
8. Políticas contábeis materiais	24
9. Caixa e equivalentes de caixa.....	35
10. Contas a receber de clientes	36
11. Estoques.....	37
12. Tributos a recuperar	38
13. Partes relacionadas	39
14. Investimentos	42
15. Ativo biológico	44
16. Imobilizado e intangível	46
17. Direito de uso, arrendamento e parceria agrícola a pagar	49
18. Fornecedores.....	51
19. Adiantamentos recebidos de clientes	52
20. Empréstimos e financiamentos.....	52
21. Tributos parcelados.....	54
22. Provisão para demandas judiciais.....	55
23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	57
24. Contas a pagar aquisição de terra	60
25. Patrimônio líquido.....	61
26. Informação por segmento	62
27. Receitas líquidas.....	66
28. Custos e despesas por natureza	68
29. Outras receitas (despesas), líquidas	69
30. Resultado financeiro, líquido	70
31. Instrumentos financeiros	71
32. Compromissos	80
33. Subvenções para investimentos e assistência governamental	80
34. Reconciliação demonstração dos fluxos de caixa	82
35. Outros ativos	83

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Usinas Itamarati S.A. ("Uisa" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026. As informações são apresentadas de forma consolidada, em reais, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). A versão detalhada está disponível em nosso site de relações com investidores: ri@uisa.com.br.



Mensagem do Presidente

A safra 2025/26 foi conduzida em um ambiente desafiador para os mercados de açúcar, etanol e energia. A queda dos preços do açúcar ao longo do ciclo, combinada à manutenção de elevadas taxas de juros no mercado doméstico, exigiu disciplina na execução, rigor na gestão de custos e prudência na alocação de capital.

Nesse contexto, a Uisa entregou mais um ano de crescimento operacional e fortalecimento de seus resultados financeiros. Processamos 7,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, volume 17,3% superior ao da safra anterior. A produção de açúcar alcançou 7,5 milhões de sacas, crescimento de 16,4%, enquanto a produção de etanol totalizou 292 mil metros cúbicos. Em bioenergia e coprodutos, registramos avanços relevantes, com exportação de 77 GWh de energia elétrica e produção de 5,7 mil toneladas de levedura.

Os resultados operacionais sustentaram mais um ciclo de forte geração de caixa e desempenho financeiro consistente. Encerramos a safra com EBITDA Ajustado de R\$ 941,9 milhões, crescimento de 17,8% em relação ao exercício anterior, e margem EBITDA de 50,7%. Após dois exercícios impactados por fatores extraordinários, a Companhia voltou a registrar lucro líquido, que totalizou R\$ 65,8 milhões.

Também alcançamos um importante marco estratégico com a aprovação do incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que prevê redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica incidente sobre o lucro da exploração pelo prazo de dez anos, com efeitos retroativos à safra 2025/26. Além de fortalecer a competitividade da Companhia, esse benefício amplia nossa capacidade de geração de caixa, melhora o retorno dos investimentos realizados e cria condições ainda mais favoráveis para sustentar nosso plano de crescimento de longo prazo.

Na agenda de sustentabilidade, alcançamos a certificação Bonsucro para 100% da cana processada por meio da Assovale e do programa Nossa Cana, reforçando nosso compromisso com uma cadeia produtiva responsável e rastreável. Também avançamos nos estudos e no desenvolvimento do Projeto BECCS, iniciativa que tem potencial para posicionar a Uisa entre os protagonistas globais na produção de biocombustíveis com emissões líquidas negativas de carbono.

Iniciamos a safra 2026/27 com os principais investimentos de expansão concluídos e em operação. Nossa plataforma industrial está preparada para capturar ganhos de escala e eficiência, ampliando a geração de valor sem necessidade proporcional de novos investimentos.

Seguiremos focados naquilo que consideramos essencial para a geração sustentável de valor: segurança das pessoas, disciplina na execução, eficiência operacional, solidez financeira e inovação.

Agradeço aos nossos acionistas pela confiança, aos clientes, fornecedores e parceiros pela colaboração contínua e, especialmente, aos nossos colaboradores, que diariamente transformam planejamento em execução e tornam possível cada resultado alcançado pela Companhia.

José Fernando Mazuca Filho
CEO Uisa

Visão Geral

A Uisa, uma das maiores biorrefinarias do Brasil, é pioneira na combinação de plantas industriais para transformar matérias-primas renováveis e seus resíduos em biocombustíveis, energia limpa, alimentos, fertilizantes orgânicos e produtos de nutrição animal. Localizada no Mato Grosso, a Uisa tem como diretriz a maximização da sustentabilidade e a redução das emissões de carbono.

A planta atual possui capacidade instalada para a moagem de 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produção de 400 mil toneladas de açúcar, 370 mil m³ de etanol e geração de 105 mil MWh de energia elétrica.



Sustentabilidade

A Companhia avança em seu Plano Estratégico de Sustentabilidade por meio da melhoria de suas práticas ambientais, sociais e de governança. Neste ano, destacam-se:

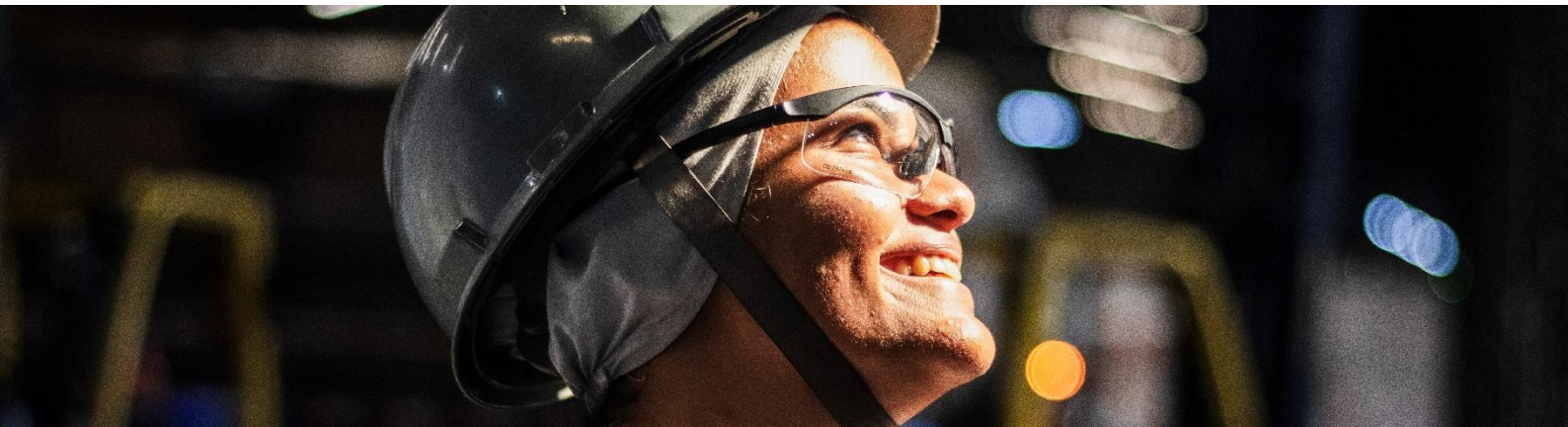
- **Certificações:** Mantivemos as três importantes certificações do ISCC (*International Sustainability & Carbon Certification*): ISCC-CORSIA, ISCC-CORSIA-PLUS e ISCC-EU, que nos habilitam a fornecer etanol para a produção de Combustível Sustentável de Aviação (SAF). Além disso, as áreas de Sustentabilidade e Originação apoiaram tecnicamente a auditoria externa da Assovale (Associação dos Fornecedores de Cana do Vale do Rio Paraguai) no rigoroso padrão Bonsucro, resultando na certificação internacional de 149 propriedades. O marco é altamente estratégico, pois esses fornecedores respondem por cerca de 30% da cana processada pela Uisa, mitigando riscos operacionais, agregando valor à cadeia de suprimentos e assegurando ao mercado produtos com rastreabilidade total.
- **Agricultura Regenerativa:** Avançamos com o Programa "Nossa Cana", que incentiva as boas práticas na cadeia produtiva através de compensação financeira via ativos do RenovaBio.
- **Ações Socioambientais:** Por meio do projeto "Pensamos Verde", destinamos 14,5 mil mudas de espécies nativas e frutíferas do Cerrado e da Amazônia à comunidade regional, totalizando 73,5 mil mudas doadas na safra 2025/26 para a recuperação de áreas em oito municípios.

Pessoas

Nossas práticas sociais abrangem a promoção de saúde, segurança e bem-estar (SSBET), desenvolvimento humano, diversidade e inclusão, e ações de proximidade com as comunidades.

- **Segurança e Bem-Estar:** Realizamos a 21ª edição da SIPAT/SIPATR, com a participação de aproximadamente 1.000 colaboradores e parceiros.
- **Desenvolvimento e Integração:** Promovemos a quinta edição do Encontro de Líderes "Uisa 360º" e a "Escola de Líderes", que capacitou cerca de 240 profissionais em temas como comunicação e cultura de *feedback*.

- **Diversidade e Inclusão:** Em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, reunimos mais de 230 funcionárias para um evento de integração e celebração.
- **Ações Comunitárias:** Realizamos mais uma edição do programa Inclusão Sociodigital, em parceria com a Florescer Ação Social, capacitando jovens de Nova Olímpia para o mercado de trabalho.



Inovação

Na safra 2025/26, demos continuidade à nossa jornada de transformação digital com foco na Inteligência Transacional e na operação *Touchless* – modelo que elimina a intervenção humana em tarefas repetitivas. Para elevar a eficiência, expandimos o uso de IA (Inteligência Artificial para tomadas de decisão autônomas) e RPA (robôs de automação para execução de processos padronizados) em frentes de validação fiscal, chancela jurídica e faturamento automatizado, liberando 40 mil horas anuais de esforço operacional. No pilar de desenvolvimento e segurança, fortalecemos o ecossistema Uisa 360° com o lançamento de soluções focadas na automação do gerenciamento de obras e na digitalização dos processos de segurança do trabalho com uso de reconhecimento facial.

Governança

Avançamos no processo de melhoria contínua de nossa Governança Corporativa, desenvolvendo negócios com base na ética e transparência. Concluímos o mapeamento de riscos operacionais de todas as áreas e implementamos o Comitê de Riscos e Controles Internos.

Ética & Compliance: Avançamos rigorosamente no cumprimento do Plano de Auditoria e Mapeamento de Riscos para a safra 2025/26, sob a supervisão do Comitê de Riscos e Controles Internos. Como frente prioritária, concluímos o ciclo de treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta, alcançando 97,34% dos colaboradores e da Alta Administração, além de capacitarmos mais de 1.000 profissionais de empresas parceiras para consolidar a cultura de integridade em toda a cadeia de valor.

Desempenho Econômico-Financeiro

Resultados Consolidados da Safra 2025/26 (finda em 31 de março de 2026)

Sumário Executivo (Milhares de Reais)	Safra 25/26	Safra 24/25	Var. %
Receita Líquida	1.857.495	1.806.532	2,8%
CPV (sem valor justo do ativo biológico)	1.349.299	1.269.224	6,3%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	65.781	(96.740)	168,0%
EBITDA Ajustado	941.909	799.698	17,8%
Margem EBITDA Ajustado	50,7%	44,3%	6,4 p. p
EBIT Ajustado	345.354	270.186	27,8%
Margem do EBIT	18,6%	15,0%	3,6 p. p
Alavancagem (dívida / EBITDA Ajustado)	2,1x	1,9x	0,2x

- **Receita Líquida:** Atingiu R\$ 1,9 bilhão, um crescimento de 2,8%, impulsionado pelo aumento de 23,4% na receita de etanol, 58,2% na receita de energia exportada e 21,5% na receita de levedura.
- **Custo do Produto Vendido (CPV):** O total alcançou R\$ 1,3 bilhão (+6,3%), devido principalmente ao aumento de 10,3% no volume de ATR comercializado.
- **Lucro (prejuízo) do Exercício:** O lucro líquido atingiu R\$ 65,8 milhões, registrando um crescimento de 168,0% em relação ao período anterior. Esse desempenho foi impulsionado pelo avanço de 2,8% na receita líquida e pela redução de 31,3% nas despesas financeiras líquidas. Este último foi beneficiado pelo incremento das receitas financeiras e cambiais, além do aproveitamento de créditos fiscais, que reverteu a linha de despesas fiscais para uma posição positiva.
- **EBITDA Ajustado e EBIT Ajustado:** O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia. Definimos EBITDA Ajustado como:
 - Lucro (prejuízo) do exercício;
 - Mais tributos sobre o lucro;
 - Mais despesa (receitas) financeira líquida;
 - Mais depreciação, amortização e exaustão;
 - Variação do ativo biológico;
 - +/- Provisão para perda de crédito esperada

O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA acrescido ou reduzido pelo resultado de equivalência patrimonial e o ajuste do valor justo do ativo biológico. Para cálculo do EBIT Ajustado, conforme abaixo:

- **EBIT Ajustado:**
 - Lucro (prejuízo) do exercício;
 - Mais tributos sobre o lucro;
 - Mais despesa financeira líquida.
 - Variação do ativo biológico
 - +/- Provisão para perda de crédito esperada

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 941,9 milhões nesta safra 2025/26, um aumento de 17,8% comparado com R\$ 799,7 milhões da safra 2024/25.

Abaixo o cálculo do EBITDA Ajustado e EBIT:

EBITDA (Milhares de Reais)	Safra 25/26	Safra 24/25	Var. %
Lucro (prejuízo) do exercício	65.781	(96.740)	168,0%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	(1.251)	(33.517)	96,3%
(+) Receitas (despesas) financeiras	258.878	376.952	-31,3%
(+) Depreciação, amortização e exaustão	596.555	529.512	12,7%
EBITDA	919.963	776.207	18,5%
Margem EBITDA	49,5%	43,0%	6,5 p. p.
Resultado equivalência patrimonial	-	339	-100,0%
Provisão para perda de crédito esperada	300	-	100,0%
Ajuste do valor justo ativo biológico	21.646	23.152	-6,5%
EBITDA Ajustado	941.909	799.698	17,8%
Margem Ebitda Ajustado	50,7%	44,3%	6,4 p. p.

Em 31 de março de 2026, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 1.950,2 milhões, apresentando um aumento de 26,7%. A dívida bruta estava distribuída entre longo prazo, com R\$ 2.214,9 milhões (82,2%), e curto prazo, com R\$ 478,5 milhões (17,8%). Do montante total, 89,1% do principal correspondia a empréstimos e financiamentos em moeda nacional, enquanto 10,9% estavam atrelados ao dólar norte-americano. Quanto à composição por indexador, 95,2% estavam vinculados ao CDI, 0,5% a títulos prefixados e 4,3% ao IPCA.

Milhares de Reais	mar/26	mar/25	Var. (%)
Bancos e Fundos	1.982.239	1.793.313	10,5%
Mercado de Capitais	711.110	348.577	104,0%
Total Dívida Bruta	2.693.349	2.141.890	25,7%
Disponibilidade – Caixa ¹	(743.195)	(602.790)	23,3%
Dívida Líquida	1.950.154	1.539.100	26,7%
Ebitda Ajustado	941.909	799.698	17,8%
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado	2,1x	1,9x	0,2x

¹ Considerando os itens da nota explicativa de número 9.

A alavancagem de 2,1x, dentro do limite do *covenant* de 3,0x, com dívida bem estruturada: 82,2% no longo prazo, 95,2% indexada ao CDI e *hedge* cambial ativo sobre a exposição em dólar (US\$ 43,5 mi protegidos via NDFs).

CAPEX

O CAPEX acumulado da safra 2025/26 totalizou R\$ 705,3 milhões, uma redução de 13,8% em comparação à safra anterior.

CAPEX (Milhares de Reais)	Safra 25/26	Safra 24/25	Var. %
Manutenção	469.879	445.557	5,5%
Formação da Lavoura - Plantio	149.773	136.566	9,7%
Tratos Culturais	200.926	191.607	4,9%
Manutenção Entressafra	119.180	117.384	1,5%
Melhoria Operacional	140.590	94.896	48,2%
Modernização/Expansão	94.875	277.961	-65,9%
Terras	-	61.604	-100,0%
Formação da Lavoura – Expansão	31.091	65.556	-52,6%
Projetos ¹	63.784	150.801	-57,7%
Total Geral	705.344	818.414	-13,8%

¹ Indústria e agrícola

Manutenção

Os investimentos em plantio de cana totalizaram R\$ 149,8 milhões, um aumento de 9,7% em relação à safra passada. Foram reformados 8,4 mil hectares, 4,2% maior que a safra anterior. Já os tratos culturais totalizaram R\$ 200,9 milhões, um aumento de 4,9% em relação à safra passada. A área total tratada foi de 46,8 mil hectares, 7,8% maior que a safra passada.

Melhoria Operacional

A Companhia investiu, no acumulado da safra, R\$ 140,6 milhões em melhorias operacionais, o que representa um aumento de 48,2% frente à safra anterior. Esses investimentos focam na otimização operacional, buscando reduzir perdas, aumentar a confiabilidade e a otimização da capacidade produtiva através dos projetos abaixo:

- R\$ 90,4 milhões em melhorias de infraestrutura do parque industrial;
- R\$ 25,5 milhões em projetos de melhorias sistêmicas/automação;
- R\$ 24,7 milhões em renovação da frota de maquinário.

Modernização e Expansão

No acumulado da safra 2025/26, os investimentos realizados no plantio de áreas em expansão totalizaram R\$ 31,1 milhões (-52,6%), cobrindo uma área de 1.570 hectares. Essa área representa uma redução de 61,6% em relação ao mesmo período da safra anterior.

Quanto aos projetos, nesta safra investimos R\$ 63,8 milhões, 57,7% menor que o mesmo período da safra anterior. Abaixo destacamos os principais projetos de modernização e expansão:

- R\$ 24,9 milhões: Investimentos diversos em adequações e melhorias na planta;
- R\$ 21,0 milhões: Investimento em caldeiras, visando aumentar a geração de vapor e a confiabilidade da planta industrial;
- R\$ 11,8 milhões: voltados ao aumento de frota em máquinas e equipamentos agrícolas e industriais;
- R\$ 3,1 milhões: Investimento em estudos e levantamento de dados para o Projeto *BECCS* (sigla em inglês para Bioenergia com Captura e Estocagem de Carbono), que busca a injeção permanente de CO2 biogênico no subsolo para tornar a pegada de carbono do etanol da Uisa negativa;
- R\$ 3,0 milhões: Destinados a investimentos de melhoria voltadas à tecnologia da informação.

Audidores Independentes

No exercício encerrado em 31 de março de 2026, os serviços de auditoria independente foram realizados pela KPMG e compreenderam o exame das demonstrações financeiras. A Companhia não contratou seus auditores independentes para a prestação de serviços alheios à auditoria externa. Essa prática está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor: a vedação de que o profissional audite seu próprio trabalho, exerça funções gerenciais ou atue na defesa dos interesses da Companhia perante terceiros.

Declaração da Diretoria

Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que analisou, discutiu e aprovou as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Estevão de Mendonça, 830 - Quilombo
Salas 422, 424 e 426 – 4º andar
78043-405 – Cuiabá/MT - Brasil
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Usinas Itamarati S.A.
Nova Olímpia – Mato Grosso**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Usinas Itamarati S.A.** (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Itamarati S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Usinas Itamarati S.A. e suas controladas, em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja a nota explicativa nº 8.g e nº 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionado na Nota 23 em 31 de março de 2026, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social que foram considerados recuperáveis com base em projeções de lucros tributáveis futuros.</p> <p>A determinação dos lucros tributáveis futuros foi determinado por projeções elaboradas pela Companhia, envolvendo premissas significativas, tais como: o preço, o volume de vendas, o custo do Açúcar Total Recuperável (ATR), volume do ATR, custo com CTT (Corte, Transbordo e Transporte) e taxas de projeções.</p> <p>Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e ao impacto que quaisquer alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos principais controles relacionados com o cálculo e preparação das projeções de lucros tributáveis futuros;– Com o auxílio de nossos especialistas tributários, avaliamos a base do prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável;– Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:<ol style="list-style-type: none">i. Avaliamos a metodologia utilizada pela Companhia para elaboração da projeção do lucro tributável futuro, bem como as práticas geralmente aceitas de avaliações econômico-financeiras para fins contábeis e fiscais;ii. Avaliamos se as premissas utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros são baseadas em dados históricos e/ou de mercado, consistentes com a data base do trabalho e com o orçamento aprovado pela Companhia;iii. Avaliamos se os dados, incluindo premissas macroeconômicas, utilizados na projeção de lucro são consistentes com a data em que o cálculo foi elaborado e se provêm de fontes confiáveis; eiv. Avaliamos se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam nenhum tipo de erro que possa impactar nas conclusões.– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram informações relevantes relacionadas aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas. <p>Com base nos procedimentos de auditoria resumidos acima, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, para o exercício findo em 31 de março de 2026.</p>

Mensuração do ativo biológico

Veja a nota explicativa nº 8.h e nº 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.</p> <p>O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa incluem premissas significativas, tais como: a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade total de ATR e a taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes da Companhia, relacionados ao processo de determinação do valor justo do ativo biológico;– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, realizamos os seguintes procedimentos:<ul style="list-style-type: none">• Avaliamos se as premissas utilizadas nas projeções são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, condizentes com a data base do trabalho e com o orçamento aprovado pela Companhia;• Avaliamos se as projeções foram elaboradas de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas para cálculo de valor justo de ativo biológico;• Avaliamos se os dados, incluindo as premissas macroeconômicas, utilizados no cálculo de valor justo, são condizentes com a data de elaboração do mesmo e se são provenientes de fontes confiáveis;• Avaliamos se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões;– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas ao valor justo do ativo biológico. <p>Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que, a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Cuiabá, 30 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



Juliana de Lira Bilachi

Contador CRC 1SP254945/O-7



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9a	655.945	553.793	697.559	570.992
Aplicações financeiras	9b	18.787	31.798	18.787	31.798
Instrumentos financeiros derivativos	31b	9.660	11.723	9.660	11.723
Contas a receber de clientes	10	133.165	100.920	92.878	97.878
Estoques	11	137.504	157.153	155.367	168.172
Ativos biológicos	15	301.231	313.558	301.231	313.558
Tributos a recuperar	12	66.403	45.973	68.557	46.323
Imposto de renda e contribuição social corrente	23a	11.641	12.127	12.215	12.408
Adiantamentos a fornecedores		8.074	15.500	8.110	15.506
Empréstimo para partes relacionadas	13a	-	13.954	-	13.954
Outros ativos	35	68.755	4.611	68.755	4.758
Total do ativo circulante		1.411.165	1.261.110	1.433.119	1.287.070
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	9b	26.849	-	26.849	-
Contas a receber de partes relacionadas	13a	17	-	-	-
Empréstimo para partes relacionadas	13a	23.139	19.758	23.139	19.758
Tributos a recuperar	12	56.798	10.671	56.798	10.671
Imposto de renda e contribuição social corrente	23a	25.643	27.896	25.643	27.922
Imposto de renda e contribuição social diferido	23b	451.769	454.106	472.059	469.687
Depósitos judiciais	22	19.048	18.581	19.048	18.581
Outros ativos	35	159.386	117.466	157.189	121.056
Investimentos	14	224.635	223.627	5.021	4.392
Imobilizado	16a	2.044.672	1.852.722	2.225.830	2.028.983
Intangível	16b	11.256	11.046	11.256	11.046
Direito de uso	17a	395.506	448.632	395.506	448.632
Total do não circulante		3.438.718	3.184.505	3.418.338	3.160.728
Total do ativo		4.849.883	4.445.615	4.851.457	4.447.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Passivo circulante					
Fornecedores	18	143.380	160.715	145.564	160.486
Empréstimos e financiamentos	20	475.237	718.497	478.474	718.497
Instrumentos financeiros derivativos	31b	18.611	25.536	18.611	25.536
Arrendamento a pagar	17b	51.793	51.626	51.793	51.626
Parceria agrícola a pagar	17b	45.789	29.415	45.789	29.415
Adiantamentos recebidos de clientes	19	124.785	185.954	124.945	186.837
Salário e contribuições sociais		52.477	50.330	52.736	50.517
Tributos a recolher		11.703	15.626	14.160	16.071
Imposto de renda e contribuição social corrente	23a	3.002	1.860	3.047	1.916
Tributos parcelados	21	16.159	15.872	16.159	15.872
Contas a pagar de aquisição de terra	24	8.136	10.244	8.136	10.244
Outros passivos		3.116	1.032	3.116	1.032
Total do passivo circulante		954.188	1.266.707	962.530	1.268.049
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	2.214.875	1.423.393	2.214.875	1.423.393
Contas a pagar de partes relacionadas	13a	-	1.515	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	11.300	23.799	11.300	23.799
Arrendamento a pagar	17b	98.998	135.726	98.998	135.726
Parceria agrícola a pagar	17b	224.548	240.776	224.548	240.776
Adiantamentos recebidos de clientes	19	227.403	248.634	227.403	248.634
Imposto de renda e contribuição social corrente	23a	2.059	3.663	2.059	3.663
Tributos parcelados	21	9.703	23.408	9.703	23.408
Provisão para demandas judiciais	22	10.893	15.715	11.195	15.990
Provisão para perda em investimentos	14	11.035	1.892	-	-
Contas a pagar de aquisição de terra	24	26.135	40.975	26.135	40.975
Outros passivos		5.018	1.473	5.018	1.473
Total do não circulante		2.841.967	2.160.969	2.831.234	2.157.837
Total do passivo		3.796.155	3.427.676	3.793.764	3.425.886
Patrimônio líquido					
	25				
Capital social		901.394	901.394	901.394	901.394
Reserva de capital		290.699	290.699	290.699	290.699
Ações em tesouraria		(30.000)	-	(30.000)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		196.315	198.314	196.315	198.314
Prejuízos acumulados		(304.680)	(372.468)	(304.680)	(372.468)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.053.728	1.017.939	1.053.728	1.017.939
Participação de não controladores		-	-	3.965	3.973
Total do patrimônio líquido		1.053.728	1.017.939	1.057.693	1.021.912
Total do passivo e patrimônio líquido		4.849.883	4.445.615	4.851.457	4.447.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas líquidas	27	1.849.187	1.784.328	1.857.495	1.806.532
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	28	(1.357.323)	(1.272.063)	(1.370.945)	(1.292.376)
Lucro bruto		491.864	512.265	486.550	514.156
Despesas com vendas	28	(139.683)	(124.526)	(143.934)	(125.485)
Despesas gerais e administrativas	28	(128.355)	(118.109)	(128.564)	(118.143)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	118.059	(18.553)	112.770	(20.083)
Provisão para perda de crédito esperada	28.1	(3.326)	(3.408)	(3.414)	(3.411)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		338.559	247.669	323.408	247.034
Receitas financeiras	30	134.580	55.008	138.048	55.631
Despesas financeiras	30	(423.420)	(386.913)	(425.900)	(387.898)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	30	28.861	(44.438)	28.974	(44.685)
Despesas financeiras líquidas		(259.979)	(376.343)	(258.878)	(376.952)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(9.511)	(127)	-	(339)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		69.069	(128.801)	64.530	(130.257)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23c	(3.559)	(13.612)	(3.737)	(13.692)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23c	(2.337)	45.717	2.372	47.209
Incentivos fiscais de imposto de renda	23c	2.616	-	2.616	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		65.789	(96.696)	65.781	(96.740)
Atribuível a:					
Controladores da companhia				65.789	(96.696)
Participação de não controladores				(8)	(44)
Lucro (prejuízo) do exercício				65.781	(96.740)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em reais)	25d			0,3013	(0,4366)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	65.789	(96.696)	65.781	(96.740)
Resultado abrangente total do exercício	65.789	(96.696)	65.781	(96.740)
Atribuível a:				
Controladores da companhia			65.789	(96.696)
Participação de não controladores			(8)	(44)
Resultado abrangente total			65.781	(96.740)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora						Participação dos não controladores	Total Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Saldo em 01 de abril de 2024		901.394	290.699	-	200.591	(278.049)	1.114.635	-	1.114.635
Realização da reserva	25c	-	-	-	(2.277)	2.277	-	-	-
Alteração de participação societária	25f	-	-	-	-	-	-	4.017	4.017
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(96.696)	(96.696)	(44)	(96.740)
Saldo em 31 de março de 2025		901.394	290.699	-	198.314	(372.468)	1.017.939	3.973	1.021.912
Realização da reserva	25c	-	-	-	(1.999)	1.999	-	-	-
Aquisição de ações própria	25b	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	65.789	65.789	(8)	65.781
Saldo em 31 de março de 2026		901.394	290.699	(30.000)	196.315	(304.680)	1.053.728	3.965	1.057.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		65.789	(96.696)	65.781	(96.740)
Ajustes					
Depreciação e amortização	34a	259.250	264.908	260.755	265.019
Depreciação - lavoura de cana-de-açúcar	34a	139.447	124.656	139.440	124.656
Reversões para demandas judiciais	22	(3.753)	(14.251)	(3.726)	(13.976)
Provisão para perda de crédito esperada	28.1	3.326	3.408	3.414	3.411
Recuperação de créditos	29	(105.692)	-	(105.692)	-
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	30	301.914	320.448	302.474	320.761
Instrumentos financeiros derivativos	30	(15.077)	52.771	(15.077)	52.771
Juros e encargos ativos e passivos		6.685	25.591	8.044	26.289
Rendimentos em caixa restrito	9b	(5.430)	(3.527)	(5.430)	(3.527)
Ajuste a valor presente	30	(506)	8.583	(616)	8.693
Ajuste do valor justo de investimentos		(488)	(432)	(629)	(432)
Ajuste do valor justo ativo biológico	15	21.646	23.475	21.646	23.152
Amortização de ativos biológicos por consumo	34a	196.369	139.837	196.360	139.837
Resultado de equivalência patrimonial	14	9.511	127	-	339
Residual de baixa do ativo imobilizado	16a	1.004	3.432	1.004	3.432
Residual de baixa do direito de uso (passivo de arrendamento)		(10.398)	30.558	(10.398)	30.558
Imposto de renda e contribuição social corrente	23c	3.559	13.612	3.737	13.692
Imposto de renda e contribuição social diferido	23c	2.337	(45.717)	(2.372)	(47.209)
Incentivos fiscais de imposto de renda	23c	(2.616)	-	(2.616)	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(44.114)	(9.603)	(8.339)	(6.294)
Estoques		18.742	38.480	10.307	35.694
Adiantamentos a fornecedores		7.426	(6.776)	7.396	(6.655)
Tributos a recuperar		35.345	(12.156)	33.338	(12.445)
Outros ativos		(26.093)	(40.577)	(19.021)	(55.659)
Fornecedores		(10.523)	52.380	(7.856)	51.990
Partes relacionadas		-	174	-	-
Adiantamentos recebidos de clientes		(114.917)	200.385	(115.640)	201.222
Salário e contribuições sociais		2.147	3.481	2.219	3.668
Tributos a recolher		(3.375)	1.049	(1.535)	1.311
Tributos parcelados		(19.462)	(36.469)	(19.591)	(36.569)
Arrendamento e parceria agrícola		46.086	36.251	46.086	36.251
Outros passivos		(38.148)	(37.927)	(38.208)	(25.048)
Caixa proveniente das atividades operacionais		719.991	1.039.475	745.255	1.038.192
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(335.019)	(239.918)	(335.341)	(240.611)
Pagamento de juros sobre empréstimos com partes relacionadas	13a	-	(366)	-	(366)
Juros pagos arrendamento e parceria agrícola	17b	(10.499)	(12.187)	(10.499)	(12.187)
Pagamento de juros sobre tributos parcelados		(7.078)	(15.942)	(7.078)	(15.942)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.953)	(1.434)	(1.970)	(1.460)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		365.442	769.628	390.367	767.626
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao imobilizado e intangível	34b	(461.853)	(563.283)	(466.877)	(563.445)
Recebimento de recursos venda imobilizado		2.658	6.735	2.658	6.735
Distribuição de dividendos		(1.515)	-	-	-
Aumento de capital em investida		-	(18.677)	-	(30)



Formação do ativo biológico	15	(200.926)	(191.607)	(200.926)	(191.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(661.636)	(766.832)	(665.145)	(748.347)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	20	1.571.275	965.476	1.578.775	965.476
Captação de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	13a	-	50.000	-	50.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos - terceiros	20	(1.024.086)	(712.322)	(1.028.587)	(720.258)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	13a	-	(50.000)	-	(50.000)
Instrumentos financeiros derivativos		(2.285)	(22.803)	(2.285)	(22.803)
Aplicações em caixa restrito	9b	(38.339)	(31.605)	(38.339)	(31.605)
Resgates em caixa restrito	9b	29.931	61.246	29.931	61.246
Recompra de ações	25b	(30.000)	-	(30.000)	-
Pagamento de arrendamento e parceria agrícola	17b	(108.150)	(140.379)	(108.150)	(140.379)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		398.346	119.613	401.345	111.677
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líquido		102.152	122.409	126.567	130.956
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9a	553.793	431.384	570.992	440.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		655.945	553.793	697.559	570.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A Usinas Itamarati S.A. ("Companhia" e/ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na fazenda Guanabara, s/n Zona Rural do município de Nova Olímpia, no estado de Mato Grosso. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Uisa" ou "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar, fabricação e o comércio de açúcar, etanol, cogeração de energia elétrica, e demais derivados da cana-de-açúcar, além do desenvolvimento de outras culturas alternativas, como soja, produtos de nutrição e saúde animal. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, parcerias agrícolas e fornecedores. O capital social da Companhia é composto por 96,19% de participação do UISA Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia e 1,38% de acionistas minoritários e 2,43% de ações mantidas em tesouraria.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas.

1.1 Base de consolidação e investimentos em controladas

As entidades controladas pela Companhia são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações da Uisa, consolidando as seguintes empresas:

	Atividades principais	Localização no Brasil	Classificação	% de participação na consolidação	
				2026	2025
				Direta	Direta
Guanabara Agrícola Ltda. ("Guanabara Agrícola")	Cultivo e comercialização de soja.	Nova Olímpia - MT	Controlada	100,0%	100,0%
Itabens Administração de Bens Ltda. ("Itabens")	Gestão e administração de bens móveis.	Nova Olímpia - MT	Controlada	100,0%	100,0%
Feliz Terra Agrícola Ltda. ("Feliz Terra")	Cultivo e comercialização de cana-de-açúcar.	Nova Olímpia - MT	Controlada	100,0%	100,0%
Uisa Milho S.A ("Uisa milho")	Fabricação de álcool.	Nova Olímpia - MT	Controlada	100,0%	100,0%
Uisa Geo Biogás S.A ("Biogás")	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool.	Nova Olímpia - MT	Controlada	90,0%	90,0%
Guanabara Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. (Guanabara Comércio)	Comercialização e distribuição de açúcar.	Manaus - AM	Controlada	100,0%	100,0%



2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

Os detalhes das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgados na nota explicativa nº 8.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2026.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Uisa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. Essas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Administração avaliou os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis da Companhia e concluiu que não existem julgamentos considerados materiais que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que requeiram divulgação específica.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório, que apresentam risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal da Companhia, estão mencionadas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 - Ativo biológico: o valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxo de caixa descontados.

Nota explicativa nº 17 – Taxa de desconto aplicada nos arrendamentos e parceria agrícola: o passivo de arrendamento e o passivo de parceria agrícola a pagar são mensurados ao valor presente com base na taxa incremental de empréstimos da Uisa, essa taxa envolve estimativas, pois corresponde à taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter um ativo de valor semelhante, com termos e condições equivalentes ao prazo do contrato, risco de crédito e das garantias oferecidas.

Nota explicativa nº 22 - Provisões para demandas judiciais: a Companhia é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que tramitam em diversas instâncias. As provisões para contingências são constituídas para cobrir potenciais perdas decorrentes dos processos em curso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências pertinentes, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, além da



avaliação realizada pelos advogados internos e externos.

Nota explicativa nº 23 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para compensá-los. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o valor das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, então os lucros tributáveis futuros, ajustados pelas reversões das diferenças temporárias existentes, são considerados com base nos planos de negócios das subsidiárias individuais da Companhia. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação total ou parcial do ativo, o saldo do ativo é ajustado pelo montante esperado para ser recuperado. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base em prazos prováveis e níveis de lucros futuros tributáveis, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. As projeções de lucros tributáveis futuros envolvem premissas como: o preço, o volume de vendas, o custo do Açúcar Total Recuperável (ATR), volume do ATR, custo com CTT (Corte, Transbordo e Transporte) e taxas de projeções.

Nota explicativa nº 10 – Provisão para perda de crédito esperada: foi calculada com base na análise de risco dos créditos, considerando o histórico de perdas e a situação individual dos clientes.

i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Uisa faz análise periódica da mensuração de valor justo de nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Quando informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas para garantir que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC46/IFRS13, incluindo a classificação do nível da hierarquia do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis dentro de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- (i) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados líquidos para ativos e passivos idênticos;
- (ii) Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (iii) Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício em que ocorrem as mudanças, nas informações das demonstrações financeiras.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 – Ativo biológico; e
- Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros.



5. Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Uisa não realizou alterações em suas políticas contábeis em relação àquelas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.

6. Novas normas não vigentes

Uma série de novas normas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026. A Uisa optou por não adotar antecipadamente nenhuma dessas normas ou alterações ainda não vigentes.

Norma IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e será aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 para a Uisa). A nova norma introduz os seguintes requisitos principais:

(i) as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado: operacional, investimentos, financiamentos, operações descontinuadas e imposto de renda. Também será exigida a apresentação de um novo subtotal de lucro operacional, sem alteração no lucro líquido;

(ii) as medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMs*) deverão ser divulgadas em nota explicativa específica; e

(iii) foram aprimoradas as orientações sobre o agrupamento de informações nas demonstrações financeiras.

A Companhia está avaliando o impacto do novo padrão, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à demonstração dos fluxos de caixa e às exigências de divulgação relacionadas às *MPMs*. Também estão sendo analisadas as possíveis alterações no agrupamento de informações, incluindo itens atualmente classificados como “outros”.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações às normas IFRS 9/CPC48 – instrumentos financeiros e IFRS 7/CPC 40 (R1) instrumentos financeiros: evidenciação, com o objetivo de esclarecer e incluir requisitos adicionais, incluindo de divulgações, aplicáveis a determinados contratos de compra de energia. Essas alterações estarão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 (1º de abril de 2026 para a Uisa) e a Companhia está avaliando os impactos da norma.

7. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, mensurado ao valor justo líquido dos custos de venda, bem como pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), instrumentos financeiros derivativos e investimentos, os quais são mensurados pelo valor justo.

8. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação em contrário.

As principais políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas estão apresentadas a seguir:



a) Base de consolidação

Controladas

A Companhia considera que detém o controle de uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com essa entidade, e possui a capacidade de influenciar tais retornos por meio do poder exercido sobre ela. As demonstrações financeiras das entidades controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas decorrentes dessas transações, são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o valor do investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, porém apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, os ativos, passivos, qualquer participação de não-controladores e demais componentes do patrimônio líquido relacionados à controlada são desreconhecidos. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes da perda de controle são reconhecidos no resultado. Caso a Companhia retenha alguma participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que ocorre a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial referem-se às suas participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Coligadas são entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, mas não detém controle, nem controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade é classificada como controlada em conjunto quando existe um acordo contratual que estabelece o controle compartilhado da Companhia sobre a entidade, resultando em direito sobre os ativos líquidos da entidade, e não sobre ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e nos outros resultados abrangentes da investida é reconhecida nas demonstrações financeiras, até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixem de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em controladas também são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que ocorrem as transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ativos e passivos não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.



c) Receita de contrato com cliente

É mensurada com base na contraprestação especificada no contrato firmado com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Produto	Política do reconhecimento da receita
Açúcar, Etanol, CBIOS, Energia elétrica, Biomassa, Levedura e Soja	A Companhia reconhece a receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens. Não há estimativa de perdas em relação as vendas e não há programa de fidelidade. A Companhia considera que todas as obrigações de desempenho são cumpridas no momento da entrega do produto, que também é o momento em que a receita é reconhecida. Para a cogeração de energia, a receita é reconhecida quando disponível na linha de transmissão. A receita dos créditos de descarbonização (CBIOS) é reconhecida no momento da venda e transferência dos créditos ao cliente.

d) Benefício a empregados

Benefício de curto prazo: As obrigações relacionadas a benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados. O passivo é reconhecido pelo valor do pagamento esperado quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, de efetuar o pagamento em função de serviços prestados pelos empregados no passado, e essa obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefício de curto prazo - Participação no resultado: a Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual e/ou de equipes. A provisão correspondente é constituída com base nas melhores estimativas do valor a ser pago, considerando o resultado da Companhia e a verificação periódica do cumprimento das metas estabelecidas. A Companhia registra a provisão mensalmente com base no regime de competência, refletindo a obrigação presente decorrente de eventos passados e podendo ser mensurada com confiabilidade.

e) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia incluem incentivos fiscais federais e estaduais, tais como benefícios relacionados a ICMS, Créditos de Descarbonização (CBIOS) e incentivos fiscais de imposto de renda concedidos no âmbito de programas de desenvolvimento regional.

Essas subvenções são reconhecidas no resultado do exercício no período de competência, quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas nos respectivos programas serão atendidas e de que o benefício será recebido.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros recebidos;
- ajuste a valor presente;
- apropriação da receita diferida de garantia;
- redução de juros (adesão autorregularização);
- juros provisionados;
- resultado com *swap* e operações NDF (*Non Deliverable Forward*);
- juros pagos;
- encargos sobre tributos;
- variações monetárias e cambiais líquidas, sobre empréstimos e financiamentos; e
- outras receitas e despesas financeiras.



A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil por ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício, conforme a legislação vigente.

O imposto de renda corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a transações registradas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, ou ainda decorrentes de combinações de negócios.

Imposto corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente corresponde ao valor estimado a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, incluindo eventuais ajustes referentes a exercícios anteriores. O valor do imposto corrente é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal de imposto de renda e contribuição social, com base na melhor estimativa do montante esperado a ser pago ou recuperado, considerando eventuais incertezas na apuração dos tributos. A mensuração é realizada com base nas alíquotas de imposto vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes de imposto de renda e contribuição social são compensados apenas quando atendidos os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras e os valores utilizados para fins fiscais. As variações desses ativos e passivos fiscais diferidos ao longo do exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser realizados. A estimativa desses lucros futuros baseia-se, principalmente, na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Caso o montante dessas reversões seja insuficiente para suportar integralmente o reconhecimento do ativo fiscal diferido, são considerados os lucros tributáveis projetados, ajustados pelas reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas controladas, avaliados individualmente.

Os ativos fiscais diferidos são revisados ao final de cada exercício social, com base nas projeções de lucros ou prejuízos fiscais futuros. O reconhecimento é mantido apenas na medida em que seja provável a realização desses ativos, por meio da geração de lucros tributáveis futuros suficientes.

h) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. As variações no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrem.

Ativos biológicos cana-de-açúcar

Correspondem a cana-em-pé produzida nas lavouras de cana-de-açúcar, classificada como ativo biológico consumível, que será utilizada como matéria-prima na produção de açúcar, etanol e energia elétrica no momento da colheita. O cultivo é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros, sendo que o primeiro corte (cana planta) ocorre entre 12 e 18 meses após o plantio. Após a colheita, a raiz remanescente ("soqueira") permanece no solo e, quando adequadamente manejada, permite em média até cinco cortes adicionais em ciclos (safra) anuais.



O modelo adotado pela Companhia para mensuração do valor justo do ativo biológico baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados durante o ciclo produtivo da cana-de-açúcar. As projeções consideram premissas significativas, incluindo: área estimada de colheita, valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto aplicada.

Ativos biológico soja

Os custos incorridos na formação da safra de soja são substancialmente representados por gastos com plantio, incluindo sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação de ativos utilizados e mão de obra diretamente aplicada. Esses custos históricos são mensurados com base nos valores efetivamente pagos desde a aquisição dos insumos até a data da colheita. O valor justo do ativo biológico da cultura de soja é apurado com base no valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados até o momento da colheita, considerando premissas como área cultivada, produtividade esperada (sacas por hectare), preço projetado da soja e taxa de desconto.

i) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é apurado com base no custo médio de aquisição ou de produção, incluindo os gastos incorridos na aquisição, nos processos de produção e transformação, bem como outros custos necessários para a colocação dos produtos em suas atuais condições e localizações para venda. Para os estoques de produtos acabados e em elaboração, o custo inclui, também a alocação dos custos indiretos de fabricação, com base na capacidade operacional normal da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e das despesas necessárias para efetuar a venda.

Os estoques de Créditos de Descarbonização – CBIOS são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição e, subsequentemente, ajustados por perdas por redução ao valor realizável líquido, quando aplicável.

j) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção de terrenos e obras em andamentos, que não são depreciados porque os terrenos não possuem vida útil limitada, e as obras em andamento ainda não estão em condições de uso, ou seja, ainda não geram benefícios econômicos para a Companhia. Esses ativos também são ajustados por eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), acréscimo dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem vidas úteis distintas, esses componentes são registrados separadamente como itens individuais

do ativo imobilizado. Ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado do exercício, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil residual do ativo.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando for provável que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado com confiabilidade. O valor contábil de componentes substituídos é baixado no momento da substituição. Os custos relacionados à manutenção rotineira dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado, à medida que são incorridos.

A Companhia realiza manutenções programadas anualmente durante o período de entressafra, compreendido entre os meses de dezembro a março. Essas manutenções têm como objetivo a inspeção, recuperação ou substituição de componentes de ativos industriais, visando garantir a plena operação na safra seguinte. Os principais custos incorridos referem-se à mão de obra, materiais, serviços de terceiros e despesas gerais diretamente atribuídos ao processo. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição, sendo depreciado integralmente na safra seguinte. Além das manutenções programadas,



durante o período de safra são realizadas manutenções corretivas com o objetivo de recolocar em operação os equipamentos que apresentem falhas.







O custo estimado do item de um equipamento que deva ser substituído anualmente é contabilizado como um componente dos custos do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Já os custos de manutenção periódica que não resultam em aumento de capacidade, extensão de vida útil ou melhorias técnicas são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

Depreciação

É calculada pelo método linear, com o objetivo de amortizar o valor dos ativos imobilizados ao longo de suas vidas úteis estimadas, considerando seus valores residuais, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício a partir da data em que o ativo está disponível para uso, ou seja, quando se encontra em condições operacionais e apto a gerar benefícios econômicos futuros. Terrenos não são depreciados, pois possuem vida útil indefinida.

A média das vidas úteis estimadas para os ativos, no exercício corrente, é apresentada a seguir:

Bens, **taxas** e vida útil

IMOBILIZADO					
	Edifícios e dependências 3% 53 anos		Máq. e Implem. Agrícolas 6% 18 anos		Veículos 7% 17 anos
	Equipamentos e instalações industriais 7% 17 anos		Lavoura de cana-de-açúcar 15% 7 anos		Benfeitorias em bens de terc. 11% 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

k) Ativo Intangível


Os ativos intangíveis adquiridos pela Uisa que possuem vida útil definida são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando se comprova que resultarão em benefícios econômicos futuros adicionais associados ao ativo. Os demais gastos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que são incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear ao longo da vida útil estimada do ativo, líquido de seu valor residual estimado, sendo reconhecida no resultado.

A vida útil estimada, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Bens e **vida útil**

INTANGÍVEL	
	Software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao final de cada exercício e ajustados caso seja apropriado.



I) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que surgem, ao valor justo, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas. Nos casos em que não há componente significativo de financiamento, os recebíveis de clientes são mensurados inicialmente pelo preço da transação, conforme definido pela norma IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Uisa se tornar parte dos termos contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros

São classificados, no momento do reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros não são reclassificados, salvo em caso de alteração do modelo de negócios da Companhia para a gestão de ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados pela mudança são reclassificados no primeiro dia do período subsequente à alteração do modelo de negócios.

São mensurados ao custo amortizado se atenderem a ambas as condições a seguir e não forem designados como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo principal seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus do ativo geram, em datas específicas, fluxos de caixa que envolvem somente o pagamento do principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros que não são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), conforme descrito anteriormente, são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, a Uisa pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que, de outra forma, atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), para ser mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), caso essa designação elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil que, de outro modo, surgiria.

Além disso, as transferências para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de forma consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, bem como pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos). Além disso, os juros podem incluir uma margem de lucro sobre o valor do principal.



A Uisa considera os termos contratuais dos instrumentos financeiros para avaliar se os fluxos de caixa contratados são compostos exclusivamente por pagamentos de principal e de juros. Essa avaliação envolve verificar se o ativo financeiro possui cláusulas contratuais que possam alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa de forma a descaracterizar essa condição. Ao realizar essa análise, a Uisa leva em consideração os seguintes aspectos:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Uisa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas



Ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

São classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. As

despesas de juros, bem como os ganhos e perdas cambiais, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

Desreconhecimento e compensação

A Uisa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Uisa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Uisa não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Uisa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

A Uisa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Uisa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor



justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Uisa tem um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Debêntures híbridas – Derivativos embutidos

Um 'contrato híbrido' é um contrato que inclui tanto um contrato de acolhimento não derivativo como um ou mais derivativos embutidos. Um "derivativo embutido" é um componente de um contrato híbrido que também inclui um contrato de acolhimento não derivativo, de tal forma que alguns dos fluxos de caixa do contrato híbrido variam de uma forma semelhante a um derivativo autônomo.

Quando um contrato híbrido contém um host que é um passivo financeiro, o contrato híbrido é avaliado para determinar se o derivativo embutido (s) é (são) necessário para ser separado do contrato de host (bifurcado) em conformidade com o CPC 48/IFRS 9. Os derivativos embutidos num tal contrato híbrido são separados se:

- as características econômicas e os riscos do derivativo embutido não estão intimamente relacionados com os do derivativo de acolhimento;
- um instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido satisfaria a definição de um derivado; e
- o contrato híbrido não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

O derivativo embutido é mensurado ao justo valor e o contrato principal é mensurado residualmente pela diferença de valor do instrumento híbrido. Se não for possível medir o justo valor do derivativo embutido, todo o contrato híbrido deve ser reconhecido pelo justo valor através dos resultados.

Para calcular a opção de conversão do instrumento híbrido, a Uisa utiliza o modelo "*Black&Scholes*" no final de cada ano e reconhece o justo valor calculado à data do relatório, e para a contabilização do instrumento híbrido tem em conta os princípios acima referidos.

m) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos fiscais.

n) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas em relação a:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: a Companhia constituiu provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Uisa mensura a provisão para perda em um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vida, exceto pelos itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses;
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.



As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Uisa considera informações suportável e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Uisa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Para a avaliação e mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas, é adotada como expediente prático uma matriz de perda esperada com base na informação histórica, aplicando os percentuais de inadimplência por faixa de vencimento, sobre a informação prospectiva.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Uisa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de ocorrência de perdas de crédito. Essas perdas são mensuradas a valor presente, considerando todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Uisa, conforme estabelecido no contrato, e os fluxos de caixa que a Uisa espera efetivamente receber. Esses valores são descontados pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Uisa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- renegociação de um valor devido a Uisa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Uisa considera que não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. Ainda assim, os ativos financeiros baixados podem permanecer sujeitos a procedimentos de cobrança ou execução, conforme as práticas da Companhia para recuperação dos valores devidos.



Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida

p) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

q) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente apenas quando o efeito desse ajuste é considerado relevante em relação às operações firmadas. Para a determinação da relevância e do ajuste a valor presente, este é calculado com base nos fluxos de caixa contratuais e no custo médio efetivo da dívida da Companhia.

r) Arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. Sendo depreciado pelo método linear desde a data de início até final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do contrato, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que o do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

Os contratos de arrendamento a pagar são atualizados conforme índices determinados nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros). Os contratos agrícolas (parceria e arrendamento de terra) são atualizados anualmente com base no preço do Açúcar Total Recuperável (ATR) que, para o exercício findo em 31 de março de 2026, é de R\$ 1,0816 por kg do ATR (31 de março de 2025 R\$ 1,1926 por kg do ATR). Historicamente, utiliza-se o índice divulgado pelo Consecana-SP, contudo, devido à interrupção



na divulgação dos dados por este órgão, a estimativa do valor para o encerramento de março de 2026 foi baseada nos dados publicados pela UNICA - União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais menores ou iguais a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a) Composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Caixa e Bancos	3.762	34.950	4.089	37.775
Certificados de depósito bancário ("CDB") (i)	436.814	298.891	472.971	298.891
Letra financeira (ii)	56	4.757	1.254	18.794
Aplicações automáticas	9	119	9	119
Outras aplicações de renda fixa (iii)	215.304	215.076	219.236	215.413
Total	655.945	553.793	697.559	570.992

(i) As aplicações financeiras são de renda fixa, classificadas em Certificado do Depósito Bancário ("CDB") com remuneração pós indexadas com base na taxa média anual de 103,37% do CDI na data de 31 de março de 2026 (base na taxa média anual de 105,9% do CDI na data de 31 de março de 2025).

(ii) Aplicações financeiras, classificadas em letra financeira (LF) com remuneração pós indexada com base na taxa média anual de 101,48% do CDI em 31 de março de 2026 (base na taxa média anual 101,72% do CDI em 31 de março de 2025).

(iii) As aplicações financeiras são de renda fixa, classificadas em outras aplicações de renda fixa com remuneração pós indexada com base na taxa média anual de 95,22% do CDI na data de 31 de março de 2026 (base na taxa média anual de 92,2% do CDI na data de 31 de março de 2025).

b) Composição do saldo de aplicações financeiras (caixa restrito):

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fundo de Reserva CRA (i)	18.787	26.268	18.787	26.268
Aplicações de Renda Fixa (ii)	26.849	5.530	26.849	5.530
Total	45.636	31.798	45.636	31.798
Circulante	18.787	31.798	18.787	31.798
Não circulante	26.849	-	26.849	-

(i) Recursos dados em garantia para operações financeiras com restrição de resgate até o vencimento de cada parcela. Valor aplicado em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com uma remuneração média de 94,82% do CDI em 31 de março de 2026 e (95,8% do CDI em 31 de março de 2025).

(ii) Recursos com rendimento de 100% do CDI foram concedidos em garantia ao aval prestado pela Companhia a GEO Elétrica Tambora Bioenergia Ltda e Geo Energética Participações S.A., para a operação de empréstimo.



Segue quadro da movimentação:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 01 de abril de 2024	57.912
Aplicações	31.605
Rendimentos líquidos	3.527
Resgates	(61.246)
Saldos em 31 de março de 2025	31.798
Aplicações	38.339
Rendimentos líquidos	5.430
Resgates	(29.931)
Saldos em 31 de março de 2026	45.636

10. Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2026 e 2025 o saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cientes mercado interno	76.879	82.366	87.574	100.073
Cientes mercado externo	5.759	1	5.759	1
Cientes partes relacionadas	50.879	20.623	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(352)	(875)	(455)	(891)
Ajuste a valor presente	-	(1.195)	-	(1.305)
Total	133.165	100.920	92.878	97.878

Em 31 de março de 2026 o montante de R\$ 9.145 (R\$ 10.265 em 31 de março de 2025) estava cedido a terceiros em garantia de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia movimentou durante o período findo em 31 de março de 2026 o montante de R\$ 246.871 em contas vinculadas às instituições financeiras das operações de empréstimos e financiamentos (R\$ 712.257 em 31 de março de 2025).

A provisão para perdas de crédito esperadas é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis sobre os valores a receber, e a movimentação é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo anterior	(875)	(1.073)	(891)	(1.073)
Adições	(246)	(875)	(335)	(891)
Reversões	769	1.073	771	1.073
Saldo final	(352)	(875)	(455)	(891)



O "aging list" das contas a receber está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
A vencer:	130.615	95.360	90.104	91.480
Vencidas				
até 30 dias	1.204	5.032	1.220	5.808
31 a 60 dias	52	497	66	509
61 a 90 dias	31	-	125	15
91 a 180 dias	945	31	1.054	48
acima de 180 dias	670	875	764	909
	133.517	101.795	93.333	98.769
Provisão para perdas de crédito esperadas	(352)	(875)	(455)	(891)
Saldo final	133.165	100.920	92.878	97.878

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de crédito e de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados às contas a receber e a outros recebíveis, estão divulgadas na nota explicativa 31.

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Produtos acabados	42.506	70.238	54.974	76.971
Açúcar (i)	31.328	49.649	42.176	49.649
Etanol	11.178	20.502	11.178	20.502
Soja (ii)	-	-	1.620	6.733
Levedura	-	87	-	87
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	94.998	86.915	100.393	91.201
Produtos em processo (iii)	9.235	10.682	9.235	10.682
Materiais de almoxarifado e outros	85.763	76.233	91.158	80.519
Total	137.504	157.153	155.367	168.172

(i) Em 31 de março de 2026 o montante de R\$ 83 de açúcar mascavo, encontra-se armazenado em estabelecimento de terceiros (em 31 de março de 2025 R\$ 36 de açúcar mascavo).

(ii) Em 31 de março de 2026, o montante de R\$ 1.620, (R\$ 6.733 em 31 de março de 2025), encontra-se armazenado em estabelecimentos de terceiros.

(iii) Refere-se, principalmente, ao açúcar cristal em processo de embalagem.

Em 31 de março de 2026, os estoques estão apresentados deduzidos das perdas estimadas de realização, no montante de R\$ 2.948 na Controladora e R\$ 2.229 no Consolidado (R\$ 988 em 31 de março de 2025) na Controladora e Consolidado.



Segue quadro da movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo anterior	(988)	(569)	(988)	(569)
Adições	(3.358)	(1.964)	(3.472)	(1.964)
Reversões	1.398	1.545	2.231	1.545
Saldo final	(2.948)	(988)	(2.229)	(988)

Em 31 de março de 2026, a Companhia não possuía estoques de etanol dados em garantia a empréstimos e financiamentos (R\$ 14.285 em 31 de março de 2025), a precificação dos estoques para fins de eventual execução das garantias será realizada de acordo com os índices de mercado no caso da Companhia a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz).

12. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
PIS / COFINS (i)	67.319	29.272	69.167	29.579
INSS (ii)	10.643	9.926	10.647	9.929
ICMS (iii)	32.869	6.467	32.941	6.467
REFIS	4.973	4.539	4.973	4.539
IRRF sobre rendimentos financeiros	2.737	3.590	2.966	3.626
IPI	2.781	2.284	2.781	2.284
Outros	1.879	566	1.880	570
Total	123.201	56.644	125.355	56.994
Total circulante	66.403	45.973	68.557	46.323
Total não circulante	56.798	10.671	56.798	10.671

(i) Referem-se aos créditos originados das compras de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia, destinados à compensação com impostos federais, bem como aos créditos advindos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol, os quais estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização. Deste montante, R\$ 20.864 já foram utilizados na safra 25/26 e R\$ 46.111 serão compensados nos próximos meses, sendo monetizados recorrentemente nas operações da Companhia.

(ii) Referem-se principalmente a título de penhora de faturamento na Execução Fiscal nº 1667-44.2005.811.0008, vinculados às NFLDs (Notificação fiscal de lançamento de débito) nº 35621665-9 e 35621669-1 e que serão liberados após o término do parcelamento firmado (REFIS e REFIS REABERTURA).

(iii) Crédito de ICMS referem-se à aquisições de matérias-primas, insumos, embalagens, combustíveis, energia, produtos intermediários, imobilizado e serviços de transporte vinculados à operação da empresa. Adicionalmente, parte do saldo compreende o reconhecimento de créditos tributários decorrentes da reapuração de ICMS, abrangendo créditos proporcionais vinculados à exportação e a inclusão de óleo diesel. O aumento relevante observado em 2026 decorre da conclusão dessa reapuração, cujos créditos sobre o óleo diesel não eram historicamente recuperados. Parte desse montante já foi utilizado na Safra 25/26, e o saldo remanescente será integralmente compensado por meio do abatimento de débitos próprios de ICMS correntes da Companhia, conforme a legislação estadual vigente.



13. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, referente as operações conforme demonstradas a seguir:

	Tipo	Nota	Controladora		Consolidado	
			2026	2025	2026	2025
Contas a receber		10	50.879	20.623	-	-
Guanabara Agrícola Ltda.	Controlada		493	159	-	-
Feliz Terra Agrícola Ltda.	Controlada		5	2	-	-
Itabens Administração de Bens Ltda.	Controlada		42	10	-	-
Uisa Geo Biogás S.A.	Controlada		34	9	-	-
Guanabara Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.	Controlada		50.305	20.443	-	-
Empréstimos para partes relacionadas			-	13.954	-	13.954
Geo Energética Participações S.A. (i)	Outras		-	13.954	-	13.954
Total ativo circulante			50.879	34.577	-	13.954

(i) Referem-se a títulos de créditos a receber sobre despesas gerais. Sendo integralmente liquidado mediante sua cessão para a subscrição de cotas do Net Zero Now FIP.

	Tipo	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Contas a receber de partes relacionadas		17	-	-	-
Feliz Terra Agrícola Ltda.	Controlada	17	-	-	-
Empréstimos para partes relacionadas		23.139	19.758	23.139	19.758
Geo Investimentos e Participações S.A. (i)	Outras	23.139	19.758	23.139	19.758
Total ativo não circulante		23.156	19.758	23.139	19.758

(i) O saldo refere-se a títulos de créditos a receber, sendo CDI + 2% a.a. com vencimento em janeiro de 2031.

Segue quadro com a movimentação dos empréstimos e financiamentos partes relacionadas do ativo circulante e não circulante do período:

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Movimentação dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		
Saldo anterior	33.712	29.257
Juros	5.279	4.455
Conversão de AFAC em capital	(15.852)	-
Saldo final	23.139	33.712



	Tipo	Controladora	
		2026	2025
Fornecedor	Controlada	370	3.590
Guanabara Agrícola Ltda.	Controlada	230	3.590
Guanabara Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.	Controlada	140	
Contas a pagar de partes relacionadas	Controlada	-	1.515
Itabens Administração de Bens Ltda. (i)	Controlada	-	1.515
Total		370	1.515
Total passivo circulante		370	3.590
Total passivo não circulante		-	1.515

(i) Referem-se ao envio de numerários para pagamento de despesas incorridas e passivos em aberto, sobre estas remessas de numerários, não há incidência de juros, tendo sua liquidação ocorrido em abril de 2025.

Segue quadro com a movimentação dos empréstimos e financiamentos partes relacionadas do passivo circulante e não circulante do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Movimentação dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas				
Saldo anterior	1.515	1.341	-	-
Captação de recursos	-	50.000	-	50.000
Pagamentos de principal	(1.515)	(50.000)	-	(50.000)
Pagamento de juros	-	(366)	-	(366)
Provisão de juros	-	366	-	366
Encontro de contas com partes relacionadas	-	174	-	-
Saldo final	-	1.515	-	-



b) Transações da Controladora e Controladas do exercício

Os valores mencionados abaixo referem-se a vendas, compras, rateio de despesas administrativas e financeiras efetuadas entre Companhia e suas Controladas durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, que afetaram o resultado da Companhia na rubrica de receitas, custo dos produtos e serviços vendidos, outras receitas/despesas operacionais e resultado financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(58.663)	(17.626)	-	-
Guanabara Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	(58.663)	(17.626)	-	-
Venda de produtos e serviços	92.622	36.585	-	-
Guanabara Agrícola Ltda.	5.086	2.476	-	-
Guanabara Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	87.536	34.109	-	-
Rateio de despesas administrativas	(1.669)	(809)	-	-
Guanabara Agrícola Ltda.	(696)	(295)	-	-
Itabens Administração de Bens Ltda.	(328)	(187)	-	-
Feliz Terra Agrícola Ltda.	(28)	(108)	-	-
Uisa Geo Biogás S.A.	(308)	(219)	-	-
Guanabara Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	(309)	-	-	-
Compras de produtos e serviços	(1.018)	(220)	-	-
Guanabara Agrícola Ltda.	(1.018)	(220)	-	-
Despesa Financeira	-	(366)	-	(366)
Uisa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	(366)	-	(366)
Receita Financeira	5.279	4.455	-	-
Geo Investimentos e Participações S.A.	3.381	2.332	-	-
Geo Energética Participações S.A.	1.898	2.123	-	-

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Em 31 de março de 2026 os montantes referentes à remuneração fixa e variável dos conselheiros e diretores estatutários da Administração estão apresentados por benefícios de curto prazo, totalizando R\$ 11.776 (R\$ 9.216 em 31 de março de 2025), e contribuições sociais e previdenciárias, totalizando R\$ 2.166 (R\$ 1.701 em 31 de março de 2025).



14. Investimentos

Classificados no investimento	% de participação		Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Provisão para perda em investimentos		Controladora Resultado com equivalência patrimonial	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	Guanabara Agrícola Ltda.	100%	100%	174.439	175.105	174.439	175.105	-	-	(666)
Itabens Administração de Bens Ltda.	100%	100%	8.605	8.262	8.605	8.262	-	-	344	672
Feliz Terra Agrícola Ltda.	100%	100%	(296)	(236)	-	-	(296)	(236)	(60)	(300)
Uisa Milho S. A	100%	100%	1.025	110	1.025	110	-	-	25	-
Uisa Geo Biogás S.A (i)	90%	90%	39.651	39.730	35.686	35.758	-	-	(72)	(737)
Guanabara Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.	100%	100%	(10.739)	(1.656)	-	-	(10.739)	(1.656)	(9.082)	(2.156)
Outros (ii)			-	-	4.880	4.392	-	-	-	-
Total classificados no investimento			212.685	221.315	224.635	223.627	(11.035)	(1.892)	(9.511)	(127)

Classificados no Investimento	% de participação		Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Consolidado Resultado com equivalência patrimonial	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	Uisa Geo Biogás S. A	90%	90%	39.651	39.730	-	-	-
Outros (ii)			-	-	5.021	4.392	-	-
Total classificados no investimento			39.651	39.730	5.021	4.392	-	(339)

(i) Em 08 de agosto de 2024 a Uisa e a Geo Energética Participações S.A. celebraram o primeiro aditamento do acordo de investimento e acionistas da Uisa Geo Biogás S.A., o qual resultou em alterações na participação societária. Por meio desse aditamento, a Geo Energética Participações S.A. transferiu a Uisa ações ainda não integralizadas, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Uisa por meio da capitalização de parte dos créditos decorrentes dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Após a operação a Geo Energética Participações S.A. passou a deter 10% e a Uisa 90% do capital social e votante da Biogás.

(ii) Referem-se a participações em cooperativas e outras entidades nas quais a Companhia não exerce influência significativa e são atualizadas com base nas informações financeiras disponibilizadas pelas respectivas entidades investidas, incluindo o valor patrimonial das cotas e saldos informados em extratos ou demonstrações financeiras.



Segue quadro de movimentações dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo dos investimentos no início do exercício	221.735	177.328	4.392	23.614
Distribuição de dividendos	-	(2.013)	-	-
Conversão de AFAC em capital	-	45.858	-	-
Resultado com equivalência patrimonial	(9.511)	(127)	-	(339)
Aumento para futuro aumento de capital	-	226	-	-
Atualização de investimento a valor justo	489	463	629	463
Reorganização societária (i)	-	-	-	(19.346)
Reversão da reavaliação de investimento	887	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	213.600	221.735	5.021	4.392

(i) Em 8 de agosto de 2024, a Uisa e a Geo Energética Participações S.A. celebraram o primeiro aditamento ao Acordo de Investimento e Acionistas da Uisa Geo Biogás S.A., o qual resultou em alterações na participação societária. Após a operação, a Geo Energética Participações S.A. passou a deter 10% e a Uisa, 90% do capital social e votante da Biogás, que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Uisa.

Informações financeiras resumidas dos investimentos

Empresas	Participação Acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Guanabara Agrícola Ltda.	100%	25.446	154.971	5.978	-	174.439	(666)
Itabens Administração de Bens Ltda.	100%	8.722	20	137	-	8.605	344
Feliz Terra Agrícola Ltda.	100%	3	25	5	319	(296)	(60)
Uisa Milho S.A.	100%	1.721	4.928	32	5.592	1.025	25
Uisa Geo Biogás S. A	90%	111	39.769	34	195	39.651	(72)
Guanabara Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.	100%	37.173	5.588	53.404	96	(10.739)	(9.082)
Saldo em 31 de março de 2026		73.176	205.301	59.590	6.202	212.685	(9.511)

Empresas	Participação Acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Guanabara Agrícola Ltda.	100%	24.281	154.734	3.910	-	175.105	2.394
Itabens Administração de Bens Ltda.	100%	6.937	1.515	190	-	8.262	672
Feliz Terra Agrícola Ltda.	100%	19	23	3	275	(236)	(300)
Uisa Milho S.A.	100%	-	110	-	-	110	-
Uisa Geo Biogás S. A	90%	178	39.564	12	-	39.730	(397)
Guanabara Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.	100%	18.759	1.027	21.442	-	(1.656)	(2.156)
Saldo em 31 de março de 2025		50.174	196.973	25.557	275	221.315	213



15. Ativo biológico

Ativos biológico cana-de-açúcar

Correspondem a cana-em-pé produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar, classificada como ativo biológico consumível, que serão utilizadas como fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica no momento da sua colheita.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa para o cálculo do valor justo do ativo biológico das lavouras de cana-de-açúcar incluem premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade total de ATR e taxa de desconto.

Ativos biológico soja

Estão substancialmente representados pelos gastos incorridos no plantio para a formação da safra tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão-de-obra aplicada. Os custos históricos da soja são mensurados pelos valores pagos no momento da aquisição até a data de sua colheita.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa para o cálculo do valor justo do ativo biológico das lavouras de soja, incluem premissas significativas tais como: a área total estimada de colheita, produtividade obtida (sacas por hectares), preço de mercado futuro da soja o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preço.

Abaixo a movimentação dos ativos biológicos durante o exercício findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Soja	Total
Saldos finais em 31 de março de 2024	280.420	280.420	6.017	286.437
Aumentos decorrentes de tratos	191.607	191.607	-	191.607
Variação no valor justo	(23.475)	(23.475)	323	(23.152)
Reduções decorrentes da colheita	(134.994)	(134.994)	(6.340)	(141.334)
Saldos finais em 31 de março de 2025	313.558	313.558	-	313.558
Aumentos decorrentes de tratos	200.926	200.926	-	200.926
Variação no valor justo	(21.646)	(21.646)	-	(21.646)
Reduções decorrentes da colheita	(191.607)	(191.607)	-	(191.607)
Saldos finais em 31 de março de 2026	301.231	301.231	-	301.231

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Controladora e Consolidado		Impactos no valor justo dos ativos biológicos
	2026	2025	
Cana-de-açúcar			
Área total estimada de colheita (ha) (*)	55.286	52.994	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Produtividade prevista (ton/ha) (**) (i)	92,51	87,03	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg) (i)	132,50	132,50	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Valor do Kg de ATR (***) (em R\$) (ii)	1,0816	1,1926	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto (%) (iii)	7,31%	8,05%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
(*) ha - hectare			
(**) Ton - tonelada			
(***) ATR - açúcar total recuperável			

(i) O valor de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar – ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.



(ii) Para o fechamento de 31 de março de 2026, o valor do kg de ATR foi estimado com base no índice divulgado pela UNICA - União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil (31 de março de 2025, a estimativa considerou os dados publicados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

(iii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo de capital ponderado da Uisa, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Análise de sensibilidade

Em 31 de março de 2026, a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,31% a.a. (8,05% a.a. em 31 de março de 2025).

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico da cana-de-açúcar em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, corte carregamento e transporte (CCT) e a (iii) taxa de desconto. Assim uma variação de 5% (para mais ou para menos) no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 67.534. Em relação ao volume de produção uma variação de 5% (para mais ou para menos), resultaria em um aumento ou redução de R\$ 51.969. Com relação ao corte carregamento e transporte (CCT) uma variação de 5% (para mais ou para menos), resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.564 e por fim, em relação a taxa de desconto, uma variação de 5% (para mais ou para menos), resultaria um aumento ou redução de R\$ 1.532.

A Uisa está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada de suas plantações. Quando possível, a Uisa administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar e soja estão expostas aos riscos de danos decorrentes de mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Uisa possui processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Uisa, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Uisa estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar nas regiões Centro-Oeste do Brasil.



16. Imobilizado e intangível

a) Composição do valor líquido do imobilizado:

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Peças e componentes de substituição (i)	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Benfeitorias em bens de terceiros e outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Custo total	301.985	263.873	570.191	194.369	22.324	51.523	31.081	203.203	668.981	2.307.530
Depreciação acumulada	-	(115.272)	(322.543)	(93.606)	(17.391)	(18.671)	(15.698)	-	(200.165)	(783.346)
Saldos em 01 de abril de 2024	301.985	148.601	247.648	100.763	4.933	32.852	15.383	203.203	468.816	1.524.184
Aquisição	61.604	22.583	31.917	117.384	11.558	15.033	30.535	133.909	202.123	626.646
Transferências entre grupos (ii)	-	36.551	90.701	-	-	22.145	2.024	(151.421)	-	-
Baixas	-	-	(31)	-	(85)	(700)	(2.312)	-	(185)	(3.313)
Depreciação	-	(7.290)	(57.016)	(100.762)	(807)	(4.167)	(3.145)	-	(121.608)	(294.795)
Saldos em 31 de março de 2025	363.589	200.445	313.219	117.385	15.599	65.163	42.485	185.691	549.146	1.852.722
Custo total	363.589	323.009	692.683	218.147	32.203	87.465	59.756	185.691	870.919	2.833.462
Depreciação acumulada	-	(122.564)	(379.464)	(100.762)	(16.604)	(22.302)	(17.271)	-	(321.773)	(980.740)
Saldo líquido	363.589	200.445	313.219	117.385	15.599	65.163	42.485	185.691	549.146	1.852.722
Aquisição	110	7.776	28.480	119.180	13.025	26.621	839	122.499	180.864	499.394
Transferências entre grupos (ii)	-	28.063	93.153	-	-	76	4.138	(125.430)	-	-
Baixas	-	-	(218)	-	-	(786)	-	-	-	(1.004)
Depreciação	-	(9.558)	(28.565)	(117.385)	(2.365)	(7.137)	(5.365)	-	(136.065)	(306.440)
Saldos em 31 de março de 2026	363.699	226.726	406.069	119.180	26.259	83.937	42.097	182.760	593.945	2.044.672
Custo total	363.699	358.848	813.997	119.180	43.677	112.768	64.708	182.760	1.005.261	3.064.898
Depreciação acumulada	-	(132.122)	(407.928)	-	(17.418)	(28.831)	(22.611)	-	(411.316)	(1.020.226)
Saldo líquido	363.699	226.726	406.069	119.180	26.259	83.937	42.097	182.760	593.945	2.044.672

Taxas médias anuais de depreciação

- 3% 7% - 7% 6% 11% - 15%



a) Composição do valor líquido do imobilizado:

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Peças e componentes de substituição (i)	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Benfeitorias em bens de terceiros e outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Custo total	440.857	263.874	570.189	194.369	22.324	53.283	31.081	203.203	668.981	2.448.161
Depreciação acumulada	-	(115.273)	(322.543)	(93.606)	(17.391)	(18.905)	(15.698)	-	(200.165)	(783.581)
Saldos em 31 de março de 2024	440.857	148.601	247.646	100.763	4.933	34.378	15.383	203.203	468.816	1.664.580
Aquisição	61.604	22.583	31.919	117.384	11.558	15.032	30.535	134.070	202.123	626.808
Saldo Uisa Geo Biogás S.A.	3.000	-	-	-	-	-	-	32.809	-	35.809
Transferências entre grupos (ii)	-	36.551	90.701	-	-	22.144	2.024	(151.420)	-	-
Baixas	-	-	(31)	-	(85)	(700)	(2.312)	-	(185)	(3.313)
Depreciação	-	(7.290)	(57.016)	(100.762)	(807)	(4.273)	(3.145)	-	(121.608)	(294.901)
Saldos em 31 de março de 2025	505.461	200.445	313.219	117.385	15.599	66.581	42.485	218.662	549.146	2.028.983
Custo total	505.461	323.009	692.683	218.147	32.203	89.225	59.756	218.662	870.919	3.010.065
Depreciação acumulada	-	(122.564)	(379.464)	(100.762)	(16.604)	(22.644)	(17.271)	-	(321.773)	(981.082)
Saldo líquido	505.461	200.445	313.219	117.385	15.599	66.581	42.485	218.662	549.146	2.028.983
Aquisição	-	7.775	28.480	119.180	13.025	26.621	839	127.634	180.864	504.418
Transferências entre grupos (ii)	-	28.063	93.153	-	-	76	4.138	(125.430)	-	-
Baixas	-	-	(218)	-	-	(786)	-	-	-	(1.004)
Depreciação	-	(9.558)	(28.565)	(117.385)	(2.365)	(7.264)	(5.365)	-	(136.065)	(306.567)
Saldos em 31 de março de 2026	505.461	226.725	406.069	119.180	26.259	85.228	42.097	220.866	593.945	2.225.830
Custo total	505.461	358.848	813.997	119.180	43.677	114.528	64.708	220.866	1.005.261	3.246.526
Depreciação acumulada	-	(132.123)	(407.928)	-	(17.418)	(29.300)	(22.611)	-	(411.316)	(1.020.696)
Saldo líquido	505.461	226.725	406.069	119.180	26.259	85.228	42.097	220.866	593.945	2.225.830
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	7%	-	7%	6%	11%	-	15%	

(i) Referem-se aos principais gastos de manutenção anual que incluem como principais custos: de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra.

(ii) Referem-se, substancialmente, às transferências de obras em andamento para as respectivas classes de ativos imobilizados, após a conclusão e capitalização dos investimentos.



Provisão para redução ao valor recuperável

A Uisa avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração avaliou que não existem indicativos relevantes que possam gerar dúvida quanto a desvalorização dos seus ativos.

Obras em andamento

Os saldos de obras em andamento em 31 de março de 2026, referem-se ampliação e modernização da estrutura fabril, procedimentos de segurança relacionados ao enquadramento às normas regulamentadoras, projeto de captura e estocagem de carbono, sistema de irrigação, renovação e aquisição de novos ativos.

Em 31 de março de 2026, bens do ativo imobilizado, com valor contábil de R\$ 464.939 (R\$ 482.656 em 31 de março de 2025), estavam cedidos em garantia de operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como de demandas judiciais.

A Uisa capitalizou durante o exercício de 31 de março de 2026 encargos financeiros no montante de R\$ 34.138 foi utilizado uma taxa média ponderada de 1,43% ao mês (R\$ 2.717 em 31 de março de 2025, taxa média ponderada de 1,21% ao mês).

b) Composição do valor líquido do intangível:

Controladora e Consolidado	Software
Custo total	18.909
Amortização acumulada	(7.683)
Saldo em 01 de abril de 2024	11.226
Aquisição	3.758
Baixa	(119)
Amortização	(3.819)
Saldo em 31 de março de 2025	11.046
Custo total	22.450
Amortização acumulada	(11.404)
Saldo líquido	11.046
Aquisição	3.665
Amortização	(3.455)
Saldo em 31 de março de 2026	11.256
Custo total	26.115
Amortização acumulada	(14.859)
Saldo líquido	11.256



17. Direito de uso, arrendamento e parceria agrícola a pagar

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a parceria agrícola, arrendamento de terras, veículos e maquinários.

a) Direito de uso

A movimentação do direito de uso durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora e Consolidado							
	Parceria Agrícola	Arrendamento Terras	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores e Periféricos	Edifícios	Aeronave	Ativo de direito de uso
Saldos em 01 de abril de 2024	316.528	55.187	73.734	53.749	2.240	358	30.285	532.081
Adições por novos contratos	12.730	-	3.819	29.736	-	-	-	46.285
Remensuração dos contratos	(4.406)	(635)	3.026	2.637	-	13	2.194	2.829
Baixas	(2.817)	-	(164)	164	-	-	(29.015)	(31.832)
Depreciação	(46.924)	(7.884)	(21.156)	(20.540)	(517)	(246)	(3.464)	(100.731)
Saldos em 31 de março de 2025	275.111	46.668	59.259	65.746	1.723	125	-	448.632
Adições por novos contratos	86.107	-	5.769	17.317	-	3.602	-	112.795
Remensuração dos contratos	(57.398)	(4.522)	1.171	3.066	-	-	-	(57.683)
Baixas	-	-	(426)	(8.498)	-	-	-	(8.924)
Depreciação	(44.418)	(7.778)	(24.091)	(21.977)	(517)	(533)	-	(99.314)
Saldos em 31 de março de 2026	259.402	34.368	41.682	55.654	1.206	3.194	-	395.506
Vida útil (anos)	01 a 25	5	1 a 4	1 a 8	2	5	0	



b) Passivo de arrendamento e parceria agrícola a pagar

A movimentação do arrendamento e parceria agrícola a pagar durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado		
	Arrendamentos e parcerias a pagar	Ajuste a Valor presente	Total
Saldos em 01 de abril de 2024	854.260	(263.206)	591.054
Adições por novos contratos	55.747	(9.462)	46.285
Baixas	(1.362)	88	(1.274)
Remensuração dos contratos	919	1.910	2.829
Pagamentos de principal	(140.379)	-	(140.379)
Pagamentos de juros	(12.187)	-	(12.187)
Reclassificação de saldo	(67.005)	-	(67.005)
Apropriação encargos financeiros	-	38.220	38.220
Saldos em 31 de março de 2025	689.993	(232.450)	457.543
Adições por novos contratos	155.666	(42.871)	112.795
Baixas	(20.195)	873	(19.322)
Remensuração dos contratos	(105.427)	47.744	(57.683)
Pagamentos de principal e adiantamento	(108.150)	-	(108.150)
Pagamentos de juros	(10.499)	-	(10.499)
Apropriação encargos financeiros	-	46.444	46.444
Saldos em 31 de março de 2026	601.388	(180.260)	421.128

	Controladora e Consolidado					
	2026			2025		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Arrendamento a pagar	51.793	98.998	150.791	51.626	135.726	187.352
Parceria agrícola a pagar	45.789	224.548	270.337	29.415	240.776	270.191
Total	97.582	323.546	421.128	81.041	376.502	457.543

Os saldos de arrendamento e parceria agrícola a pagar a longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	2026	Taxa incremental (i)
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	87.617	8,41%
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	60.585	7,97%
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	44.284	8,66%
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	36.342	7,96%
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	21.530	6,91%
De 1º/04/2032 a 31/12/2050	73.188	7,98%
Saldos em 31 de março de 2026	323.546	7,98%



Vencimento	Controladora e Consolidado	
	2025	Taxa incremental (i)
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	95.609	7,60%
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	78.322	8,90%
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	49.480	8,65%
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	34.016	8,36%
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	29.465	7,92%
De 1º/04/2031 a 31/12/2047	89.610	8,06%
Saldos em 31 de março de 2025	376.502	8,25%

(i) A Companhia apurou suas taxas médias incrementais por faixa de vencimento para o cálculo do ajuste a valor presente dos passivos de arrendamento e parceria agrícola, considerando suas respectivas exposições ao endividamento.

Na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o uso da técnica do fluxo de caixa descontado, sem considerar inflação futura projetada nos fluxos, conforme vedação imposta pela norma.

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, parceria agrícola e do direito de uso, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal, são apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado	2026			2025		
	Fluxo real	Inflação projetada	%(*)	Fluxo real	Inflação projetada	%(*)
Ativo de direito de uso, líquido	395.506	410.364	4%	448.632	468.065	4%
Passivo de arrendamento	421.128	436.999	4%	457.543	477.629	4%

(*) Foi utilizado IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para o cálculo da inflação futura projetada.

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de recuperação de PIS/COFINS, calculados a partir dos saldos não descontados e descontados a valor presente, incorporados na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento:

Controladora e Consolidado	2026		2025	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	165.900	144.903	217.233	184.116
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.346	13.404	20.094	17.031

18. Fornecedores

Segue composição dos saldos de fornecedores em 31 de março de 2026 e 2025.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cana-de-açúcar (i)	26.960	25.414	26.960	25.414
Materiais, serviços e outros (ii)	116.050	132.041	118.604	135.402
Fornecedores partes relacionadas	370	3.590	-	-
Ajuste a valor presente	-	(330)	-	(330)
Total	143.380	160.715	145.564	160.486
Circulante	143.380	160.715	145.564	160.486

(i) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue na safra, líquido dos valores adiantados, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra por meio do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (Consecana/SP).



(ii) Os saldos a pagar junto a fornecedores de materiais e serviços referem-se, principalmente, a aquisições de insumos, materiais de manutenção, fretes, serviços, embalagens e combustíveis.

A exposição da Companhia em relação ao risco de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores está devidamente divulgada na nota explicativa nº 31.

19. Adiantamentos recebidos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Mercado interno (i)	67.866	71.374	68.026	72.257
Mercado externo	35	10.656	35	10.656
Mercado externo - fim específico exportação (ii)	284.287	352.558	284.287	352.558
Total	352.188	434.588	352.348	435.471
Circulante	124.785	185.954	124.945	186.837
Não circulante	227.403	248.634	227.403	248.634

(i) Refere-se, principalmente, a contrato de venda de energia, com entregas previstas até agosto de 2029.

(ii) Refere-se, principalmente, a contratos de venda de açúcar, com entregas previstas até janeiro de 2029. A atualização do preço desses contratos é baseada no CDI acrescido de 3,20% ao ano e na SOFR acrescida de 5,80% ao ano. Os juros são liquidados financeiramente. Os encargos financeiros relacionados a esses adiantamentos estão apresentados de forma segregada na Nota 30.

20. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos anuais vigentes			Controladora		Consolidado	
	Taxa a.a.	Indexador	Vencimento	2026	2025	2026	2025
Capital de giro	3,20%	CDI	2031	899.566	798.723	899.566	798.723
Crédito rural (i)	2,26%	CDI	2030	674.731	223.471	674.731	223.471
Crédito rural	14,00%	PRÉ	2026	4.856	20.231	8.093	20.231
Mercado de capitais (CRA)	4,41%	CDI	2031	382.551	348.577	382.551	348.577
Mercado de capitais (CRA) (ii)	3,06%	CDI	2031	250.178	-	250.178	-
Linhas do BNDES	6,30%	TLP	2033	127.732	115.585	127.732	115.585
Debêntures	3,00%	CDI	2029	78.381	99.796	78.381	99.796
Financiamentos	4,65%	PRÉ	2031	31.857	5.456	31.857	5.456
Total em moeda nacional				2.449.852	1.611.839	2.453.089	1.611.839
Capital de giro (iii)	3,00%	CDI	2029	240.260	530.051	240.260	530.051
Total em moeda estrangeira (dólar americano \$)				240.260	530.051	240.260	530.051
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.690.112	2.141.890	2.693.349	2.141.890
Circulante				475.237	718.497	478.474	718.497
Não circulante				2.214.875	1.423.393	2.214.875	1.423.393

(i) O contrato de crédito rural celebrado com o Banco ABC, no montante de R\$ 20.000, está vinculado a instrumento financeiro derivativo de swap, por meio do qual a remuneração originalmente indexada à taxa prefixada de 12,95% a.a. foi convertida para CDI acrescido de 2,00% a.a. (spread). A taxa apresentada no quadro corresponde à taxa média da carteira de operações de crédito rural, incluindo contratos com e sem proteção por instrumento derivativo.

(ii) Em 13 de agosto de 2025, a Companhia realizou captação de recursos no mercado de capitais por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A operação teve como objetivo otimizar a estrutura de capital, alongar o perfil do endividamento e reforçar o capital de giro destinado às atividades operacionais. Adicionalmente, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo de swap vinculado a essa operação, por meio do qual a taxa de juros originalmente pré-fixada de 17,10% a.a. foi convertida para CDI acrescido de juros (spread).

(iii) A Companhia contratou instrumento financeiro derivativo de swap vinculado a essa operação, por meio do qual a remuneração originalmente indexada à taxa de 5,00% a.a. acrescida da SOFR (Secured Overnight Financing Rate) foi convertida para CDI acrescido de juros (spread), com o objetivo de adequar a exposição aos indexadores e às condições do mercado local.



Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por ativos imobilizados, sendo: imóveis e maquinários no valor contábil de R\$ 437.991 (R\$ 449.149 em 31 de março de 2025); duplicatas no valor de R\$ 9.145 (R\$ 10.265 de duplicatas em 31 de março de 2025); valores que devem ser movimentado anualmente em contas vinculadas às instituições financeiras das operações contratadas, totalizando R\$ 246.871 (R\$ 712.257 em 31 de março de 2025), inexistência de produtos de etanol e açúcar dados em garantia em 31 de março de 2026 (R\$ 14.285 em 31 de março de 2025) e fianças bancárias no valor de R\$ 97.204 (R\$ 90.404 em 31 de março de 2025).

Os saldos de empréstimos e financiamentos não circulantes líquidos dos custos de captações estão divididos por vencimento da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado
	2026
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	836.388
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	450.810
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	277.013
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	433.943
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	208.252
Após março/2032	8.469
Total	2.214.875

	Controladora e Consolidado
	2025
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	591.642
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	427.527
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	275.774
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	81.230
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	41.006
Após março/2031	6.214
Total	1.423.393

No quadro abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo inicial	2.141.890	1.805.488	2.141.890	1.813.804
Total transações que afetam fluxo de caixa:				
Captação de financiamentos	212.170	13.236	214.847	4.607
Amortização de principal	1.571.275	965.476	1.578.775	965.476
Pagamento de juros	(1.024.086)	(712.322)	(1.028.587)	(720.258)
Total transações que não afetam fluxo de caixa	336.052	323.166	336.612	323.479
Provisão de juros	367.582	276.957	368.142	277.270
Variação cambial	(31.530)	46.209	(31.530)	46.209
Saldo final	2.690.112	2.141.890	2.693.349	2.141.890

Covenants

No exercício findo em 31 de março de 2026, conforme os termos de determinados passivos financeiros, cujo valor contábil totaliza R\$ 2.072.732 (R\$ 1.715.608 em 31 de março de 2025), a Uisa é obrigada a cumprir com os seguintes *covenants* financeiros ao final de cada exercício:



- (i) Alavancagem: a dívida não deve ser superior a 3,0 x o EBITDA ajustado; e
- (ii) Liquidez Corrente: O índice de liquidez corrente apresentado pela Uisa não deve ser inferior a 1,1, conforme pactuado. O cálculo acordado adota a seguinte fórmula: $Liquidez\ Corrente\ Ajustada = \frac{Ativo\ Circulante - Variação\ do\ Ativo\ Biológico\ da\ Safra}{Passivo\ Circulante - Arrendamentos\ e\ Parcerias\ Agrícolas\ a\ Pagar}$.

O descumprimento desses índices ou de outras obrigações contratuais pode resultar no vencimento antecipado da dívida correspondente ou em sua renegociação. Nessas circunstâncias, o credor poderá considerar a execução antecipada do saldo devedor, o que poderá ocasionar evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*).

21. Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados, em 31 de março de 2026 e 2025, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
REFIS - Programa de recuperação fiscal (a)	5.706	7.916	5.706	7.916
Impostos e Contribuições Parcelamento PERT (b)	13.355	21.558	13.355	21.558
Parcelamentos Extraordinário PGFN	1.663	2.780	1.663	2.780
REFIS - Lei nº 12.996/14	3.769	4.662	3.769	4.662
Autorregularização	1.295	1.734	1.295	1.734
Outros	74	630	74	630
Total	25.862	39.280	25.862	39.280
Circulante	16.159	15.872	16.159	15.872
Não circulante	9.703	23.408	9.703	23.408

a) REFIS

Os débitos tributários parcelados na modalidade Refis Reabertura (Lei 11.941/2009) foram aqueles com vencimento até 30 de novembro de 2008, cujos prazos de adesão foram reabertos conforme a Lei 12.865/2013. Esses débitos foram parcelados em um total de 180 meses, com início em dezembro de 2013. Até março de 2026, foram pagas 141 parcelas, restando 39 parcelas a vencer, com previsão de liquidação para junho de 2029. Após a consolidação do parcelamento, foi autorizada a compensação dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social com os débitos existentes, conforme o disposto no artigo 1º, parágrafo 8º, da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 17, II, parágrafo 10º, da Lei 12.865/2013.

b) PERT

Os débitos indicados para parcelamento na modalidade PERT foram aqueles vencidos até 30 de abril de 2017, inscritos em dívida ativa e reportados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Esses débitos foram integralmente consolidados para parcelamento. O montante total dos débitos foi parcelado em 119 meses, com início da liquidação em setembro de 2017. Restam ainda 16 parcelas a vencer, com previsão de liquidação para julho de 2027.



	Controladora e Consolidado
Saldo em 01 de abril de 2024	28.755
Redução por pagamento	(8.969)
Atualização de juros sobre dívida	1.772
Saldo em 31 de março de 2025	21.558
Redução por pagamento	(9.690)
Atualização de juros sobre dívida	1.487
Saldo em 31 de março 2026	13.355

22. Provisão para demandas judiciais

22.1 Perdas prováveis

A Uisa é demandada em ações judiciais e administrativas, de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista. A administração constituiu provisão para essas demandas administrativas e judiciais em um montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

A movimentação das provisões, para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, é demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais					Controladora
	Tributários	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Depósitos Judiciais (i)
Saldo em 01 de abril de 2024	19.522	2.550	6.726	7.245	36.043	8.449
Adições	542	729	6.605	2.809	10.685	10.383
Reversões	(20.033)	(2.138)	-	(2.765)	(24.936)	-
Utilizações	-	(1.141)	(1.999)	(2.937)	(6.077)	(251)
Saldo em 31 de março de 2025	31	-	11.332	4.352	15.715	18.581
Adições	1	-	401	1.006	1.408	809
Reversões	(30)	-	(5.131)	-	(5.161)	-
Utilizações	-	-	(9)	(1.060)	(1.069)	(342)
Saldo em 31 de março de 2026	2	-	6.593	4.298	10.893	19.048

	Provisão para demandas judiciais					Consolidado
	Tributários	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Depósitos Judiciais (i)
Saldo em 01 de abril de 2024	19.523	2.550	6.726	7.244	36.043	8.449
Adições	542	729	6.880	2.810	10.961	10.447
Reversões	(20.034)	(2.138)	-	(2.765)	(24.937)	-
Utilizações	-	(1.141)	(1.999)	(2.937)	(6.077)	(315)
Saldo em 31 de março de 2025	31	-	11.607	4.352	15.990	18.581
Adições	28	-	401	1.006	1.435	809
Reversões	(30)	-	(5.131)	-	(5.161)	-
Utilizações	-	-	(9)	(1.060)	(1.069)	(342)
Saldo em 31 de março de 2026	29	-	6.868	4.298	11.195	19.048

(i) Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências passivas, sendo atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

A natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima são as seguintes:



Processos Tributários

Refere-se, substancialmente, ao saldo provisionado para o pagamento de multa decorrente de auto de infração administrativa lavrado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Processos Cíveis

Referem-se a processos judiciais que discutem acerca de obrigações contratuais e ação regressiva de ressarcimento ao erário público interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Processos Trabalhistas

A Uisa é parte em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade; (iii) adicional de periculosidade; (iv) equiparação salarial e; (v) diferenças salariais.

22.2 Perdas possíveis

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ambientais	6.384	5.725	6.384	5.725
Cíveis	114	46	114	46
Indenizatórias	7	7	7	7
Outros processos	107	39	107	39
Trabalhistas	525	1.296	525	1.296
Tributários	86.206	110.184	86.206	117.896
Contribuição previdenciária (i)	1.635	6.515	1.635	6.515
Pis, Cofins, IRPJ e CSLL (ii)	23.377	23.212	23.377	23.212
Compensação de Tributos Federais (iii)	4.762	4.459	4.762	4.459
Auto de infração (iv)	6.642	5.888	6.642	13.600
ICMS (v)	9.559	30.441	9.559	30.441
Refis (vi)	36.086	34.029	36.086	34.029
Outros processos (vii)	4.145	5.640	4.145	5.640
Total	93.229	117.251	93.229	124.963

Tributários

(i) Refere-se à revisão do parcelamento do REFIS, reaberto pela Lei nº 12.865/2013, para validação dos montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de juros e multa;

(ii) Refere-se, principalmente, ao processo de não homologação de DCTFs (Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais) retificadoras de IRPJ e CSLL, referentes aos períodos de março, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2021, bem como de PIS/COFINS, relativamente aos períodos de agosto e setembro de 2020;

(iii) Refere-se a pedidos de ressarcimento de tributos federais (PIS e COFINS), compostos por créditos de regime não cumulativo e créditos presumidos. Tais créditos foram objeto de PER/DCOMP para a quitação de demais tributos federais, conforme legislação vigente, relativos ao de janeiro a dezembro de 2013;

(iv) Refere-se ao auto de infração lavrado para exigência de contribuições previdenciárias substitutivas da agroindústria (Funrural e Gilrat) e da Contribuição ao SENAR, relativamente ao período de janeiro a dezembro de 2021;

(v) Refere-se a autos de infração relativos a operações sem comprovação de internamento na Zona Franca de Manaus e cobranças de débitos sob o regime de estimativa segmentada. O saldo remanescente contempla discussões sobre ICMS antecipado e glosa de créditos. Em conformidade com o Decreto nº 762 da SEFAZ/MT, o montante contingenciado foi atualizado pela taxa Selic, resultando em redução do valor. Adicionalmente, houve a quitação integral de débitos de exportação e remessas para a Zona Franca de Manaus via parcelamento (Lei nº 10.433/2016), tendo sido protocolado o pedido de extinção da respectiva execução fiscal em janeiro de 2026;



(vi) Refere-se à revisão da consolidação do parcelamento de débitos federais (Lei nº 12.865/2013 – Refis Reabertura, modalidade Demais Débitos PGFN). O ajuste decorre do não reconhecimento (glosa) de créditos de Prejuízo Fiscal (PF) e Base de Cálculo Negativa (BCN) apurados até março de 2014. O montante registrado reflete a diferença nas prestações mensais quitadas, que foram recalculadas após a redução dos créditos fiscais originalmente aplicados.; e

(vii) Refere-se à provisão dos processos que tratam das contribuições de terceiros (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, SEST e SENAT), recolhidas com a limitação ao teto de 20 salários-mínimos. A Companhia fundamenta seu posicionamento no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o Tema Repetitivo 1079, que trata da limitação da base de cálculo para as referidas contribuições parafiscais, abrangendo ao período de agosto de 2021 a abril de 2024.

Ambientais

Os processos ambientais tratam de ação civil pública promovida pelo do Ministério Público Estadual do Mato Grosso (“MPE/MT”) com de indenização por dano material e moral em decorrência de suposto ato lesivo ao meio ambiente causado por um derramamento acidental de vinhaça ocorrido no ano de 2007 e cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental referentes aos débitos dos trimestres de janeiro 2001 a janeiro 2011.

Cíveis

Os processos cíveis, em geral, foram propostos por motoristas de empresas terceiras e têm por objeto pretensão de indenização pelo excesso do tempo de espera para carga ou descarga (estadias) e reconhecimento de responsabilidade subsidiária da Uisa nesta indenização.

Trabalhistas

Esses processos têm o principal pleito o pagamento de (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade; (iii) adicional de periculosidade; (iv) equiparação salarial e; (v) diferenças salariais.

23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Composição do imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
IRPJ a compensar (i)	31.988	31.901	32.550	32.174
CSLL a compensar (i)	5.296	8.122	5.308	8.156
Total ativo	37.284	40.023	37.858	40.330
Total ativo circulante	11.641	12.127	12.215	12.408
Total ativo não circulante	25.643	27.896	25.643	27.922

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
IRPJ a pagar (ii)	3.008	4.036	3.032	4.064
CSLL a pagar (ii)	2.053	1.487	2.074	1.515
Total passivo	5.061	5.523	5.106	5.579
Total circulante	3.002	1.860	3.047	1.916
Total não circulante	2.059	3.663	2.059	3.663

(i) Refere-se, predominantemente, a saldos negativos e a pagamentos indevidos ou realizados a maior, apurados nos exercícios de 2017, 2021, 2024, e 2025 bem como à constituição de crédito de subvenção para investimento, conforme disposto na Lei nº 14.789, de dezembro de 2023.

(ii) Refere-se, substancialmente, à adesão da Companhia, em 1º de abril de 2024, ao Programa de Autorregularização Tributária, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, voltado à regularização de tributos federais não declarados, com vencimento original até 30 de novembro de 2023. A dívida consolidada foi beneficiada com a remissão integral de juros e multas, sendo o pagamento inicial equivalente a 50% do débito, quitado por meio da utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O valor remanescente foi parcelado em 48 prestações mensais, das quais 24 ainda se encontram a vencer.



b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

	2024		2025		Controladora	
	Saldo Ativo	Movimentações		Saldo Ativo	Movimentações	
		Resultado	Compensação autorregularização		Resultado	Saldo Ativo
Prejuízos fiscais	613.398	15.778	(8.763)	620.413	19.359	639.772
Prejuízos fiscais (IRPJ) (i)	452.176	10.462	(6.444)	456.194	14.030	470.224
Base negativa (CSLL) (i)	161.222	5.316	(2.319)	164.219	5.329	169.548
Diferenças temporárias dedutíveis do futuro	201.072	8.374	-	209.446	(7.750)	201.696
Arrendamento (ii)	180.677	(2.006)	-	178.671	(26.243)	152.428
Demais provisões	20.395	10.380	-	30.775	18.493	49.268
Diferenças temporárias tributáveis no futuro	(397.318)	21.565	-	(375.753)	(13.946)	(389.699)
Direito de uso (ii)	(174.726)	22.191	-	(152.535)	18.063	(134.472)
Realização da reserva de reavaliação (iii)	(103.335)	1.173	-	(102.162)	1.030	(101.132)
Depreciação acelerada incentivada	(63.110)	710	-	(62.400)	(31.185)	(93.585)
Ativo biológico (iv)	(49.445)	7.982	-	(41.463)	7.359	(34.104)
Variação cambial (v)	-	(15.220)	-	(15.220)	(5.980)	(21.200)
Subvenção de investimento	(7.566)	6.254	-	(1.312)	(3.030)	(4.342)
Ajuste de valor justo	864	(1.525)	-	(661)	(203)	(864)
Impostos diferidos líquidos	417.152	45.717	(8.763)	454.106	(2.337)	451.769



	2024		2025		Consolidado	
	Saldo Ativo	Movimentações		Saldo Ativo	Movimentações	
		Resultado	Compensação autorregularização		Resultado	Saldo Ativo
Prejuízos fiscais	627.376	16.933	(8.762)	635.547	23.501	659.048
Prejuízos fiscais (IRPJ) (i)	462.454	11.311	(6.443)	467.322	17.076	484.398
Base negativa (CSLL) (i)	164.922	5.622	(2.319)	168.225	6.425	174.650
Diferenças temporárias dedutíveis do futuro	201.072	8.785	-	209.857	(7.147)	202.710
Arrendamento (ii)	180.677	(2.006)	-	178.671	(26.243)	152.428
Demais provisões	20.395	10.791	-	31.186	19.096	50.282
Diferenças temporárias tributáveis no futuro	(397.208)	21.491	-	(375.717)	(13.982)	(389.699)
Direito de uso (ii)	(174.726)	22.191	-	(152.535)	18.063	(134.472)
Realização da reserva de reavaliação (iii)	(103.335)	1.173	-	(102.162)	1.030	(101.132)
Depreciação acelerada incentivada	(63.110)	710	-	(62.400)	(31.185)	(93.585)
Ativo biológico (iv)	(49.335)	7.872	-	(41.463)	7.359	(34.104)
Variação cambial (v)	-	(15.220)	-	(15.220)	(5.980)	(21.200)
Subvenção de investimento	(7.566)	6.254	-	(1.312)	(3.030)	(4.342)
Ajuste de valor justo	864	(1.489)	-	(625)	(239)	(864)
Impostos diferidos líquidos	431.240	47.209	(8.762)	469.687	2.372	472.059

(i) A Uisa constitui ativo fiscal diferido referente ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na expectativa de lucro nos exercícios futuros da Companhia.

(ii) A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, decorrentes de diferenças temporárias originadas da contabilização dos contratos de arrendamento.

(iii) Os valores da reserva de reavaliação referem-se a ativos do imobilizado que foram valorizados conforme o disposto no artigo 182, § 3º, da Lei nº 6.404/76. A partir de 1º de janeiro de 2008, a constituição de reserva de reavaliação foi extinta, nos termos da Lei nº 11.638/2007. À medida que a reserva de reavaliação é realizada, por meio da depreciação, baixa ou venda dos ativos reavaliados, ocorre também a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos previamente reconhecidos sobre essa diferença.

(iv) Referem-se ao efeito da constituição de ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da mensuração a valor justo dos ativos biológicos de cana-de-açúcar e soja.

(v) A Companhia reconheceu ativos e passivos fiscais diferidos sobre as variações cambiais de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, decorrentes das oscilações cambiais ocorridas no exercício, em função de diferenças temporárias geradas pela opção pelo regime de tributação pelo caixa.



c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	69.069	(128.801)	64.530	(130.257)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(23.483)	43.792	(21.940)	44.287
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	17.159	(17.180)	16.913	(16.191)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.234)	(43)	-	(115)
Crédito de carbono (CBIOS)	3.662	5.536	3.662	5.536
Exclusão permanente (incentivo fiscal – SUDAM)	2.616	-	2.616	-
Crédito (despesa) com imposto de renda e contribuição social	(3.280)	32.105	1.251	33.517
Imposto de renda corrente	(3.559)	(13.612)	(3.737)	(13.692)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.337)	45.717	2.372	47.209
Incentivo Fiscais de Imposto de Renda	2.616	-	2.616	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	5%	25%	-2%	26%

24. Contas a pagar aquisição de terra

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia adquiriu a Fazenda Feliz Terra mediante instrumento de transação e cessão de direitos firmado com o Safra National Bank of New York e Deccache Advogados. Por meio deste acordo, a Uisa adquiriu o crédito objeto da referida execução, com o direito de adjudicar o imóvel. Uma parcela do montante total foi paga à vista na data de assinatura do contrato, e o saldo remanescente será liquidado em parcelas periódicas e sucessivas. As parcelas vincendas serão atualizadas pela variação do preço do quilograma do Açúcar Total Recuperável (“ATR”), divulgado pelo Consecana-SP, o que poderá resultar em ajuste positivo ou negativo no valor nominal dos desembolsos futuros, a depender das condições de mercado nas respectivas datas de vencimento.

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Saldo inicial do exercício	(51.219)	-
Aquisição	-	(60.000)
Pagamento de principal	9.710	10.000
Atualização	7.238	(1.219)
Saldo final do exercício	(34.271)	(51.219)

Os saldos de outras contas a pagar não circulantes estão divididos por vencimento da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado
	2026
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	8.712
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	8.712
De 1º/04/2029 a 27/10/2029	8.711
Total	26.135



Controladora e Consolidado

2025

De 1º/04/2026 a 31/03/2027	10.244
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	10.244
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	10.244
De 1º/04/2029 a 31/10/2029	10.243
Total	40.975

25. Patrimônio líquido

a) Capital social, reservas de capital e plano de ações restritas

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, o capital social e reservas de capital da Companhia permanece inalterado, conforme detalhado no quadro abaixo:

	Capital social	Reservas de capital	Quantidade de ações ordinárias	Participações
FIP Uisa	865.992	290.699	213.046	96,19%
Ações em tesouraria	30.000	-	5.375	2,43%
Minoritários	5.402	-	3.062	1,38%
Total	901.394	290.699	221.483	100,00%

As reservas de capital referem-se ao aumento de capital aprovado pelo acionista em 29 de setembro de 2023.

b) Ações em tesouraria

Em 26 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia realizou reunião cuja ata registrou a aprovação do programa de recompra de ações para manutenção em tesouraria, conforme previsto no Estatuto Social e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As ações em tesouraria são registradas pelo custo de aquisição e deduzidas do patrimônio líquido. Não são reconhecidos ganhos ou perdas na demonstração do resultado em decorrência da compra ou venda dessas ações.

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantém R\$ 30.000 de ações em tesouraria, equivalentes a 5.375 ações (em 31 de março de 2025 não havia ações em tesouraria).

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de reavaliação refere-se a reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia e de suas Controladas, constituída em período no qual essa prática era permitida pela legislação societária, com base em laudo técnico elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes à reserva de reavaliação de ativos próprios estão classificados no passivo não circulante. A realização da reserva ocorre por meio da depreciação ou baixa dos bens reavaliados, sendo apropriada contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía saldo de R\$ 196.315 (R\$ 198.314 em 31 de março de 2025).



d) Reservas de incentivos fiscais

A partir de janeiro de 2024, com a promulgação da Lei nº 14.789/23, foi alterada a sistemática de subvenções de ICMS, revogando-se as disposições da Lei nº 12.973/14; contudo, por força das obrigações geradas sob a égide da legislação anterior, a Companhia possui o compromisso de recomposição futura de tais incentivos fiscais em seu Patrimônio Líquido. Nesse contexto, mediante instrumento jurídico e deliberação formal em ata aprovada, a Companhia destinou o montante de R\$ 199.128 para a absorção de prejuízos contábeis acumulados dos exercícios de 2020/21, 2021/22 e 2022/23, deixando de constituir e absorver, no presente período, o montante de R\$ 60.951 relativo ao período de 2023/24, razão pela qual tais saldos não se encontravam apresentados na linha de reserva de incentivos fiscais nos balanços patrimoniais de 31 de março de 2026 e de 2025. Ressalta-se que, em conformidade com os ditames da Lei nº 14.789/23 e de sua antecessora, a totalidade desses valores (perfazendo R\$ 260.080) será integralmente recomposta e constituída em conta de reserva de lucros em exercícios futuros, na estrita proporção da geração e da existência de lucros contábeis apurados e passíveis de destinação.

e) Resultado líquido consolidado por ação

	2026	2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Uisa	65.789	(96.696)
Ações ordinárias existentes em 1º de abril	221.483	221.483
Efeito da recompra de ações em tesouraria em setembro de 2025	(3.135)	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	218.348	221.483
Resultado básico e diluído por ações ordinárias (em reais)	0,3013	(0,4366)

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias, considerando a média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do resultado diluído por ação também considerou o resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada dessas ações em circulação no período. Não houve diluição no resultado por ação nos períodos apresentados, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros com potencial efeito diluidor, o que torna o resultado básico igual ao diluído, conforme previsto no CPC 41.

f) Alteração de participação societária

Em 8 de agosto de 2024, a Uisa passou a deter 90% do capital da Uisa Geo Biogás S.A., após subscrição e integralização de ações por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). A investida permanece em fase pré-operacional, sem estrutura ativa ou processos substantivos, razão pela qual a operação não foi caracterizada como uma combinação de negócios, nos termos do CPC 15 (R1), e não houve reavaliação da participação anteriormente reconhecida. A alteração no percentual de participação resultou em uma reorganização societária, com reflexo no saldo de participação de não controladores, que totalizou R\$ 3.965 em 31 de março de 2026 (R\$ 3.973 em 31 de março de 2025).

26. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas Controladas que desenvolve atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas Controladas. Os segmentos operacionais da Companhia são demonstrados com base em relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, sendo frequentemente revisado pela Diretoria Executiva.

Abaixo os segmentos das operações de comercialização da Companhia e suas Controladas:



Açúcar

A Companhia comercializa o açúcar sob a marca Itamarati tendo as seguintes opções: açúcar cristal, açúcar refinado, açúcar VHP (*Very High Polarization*), açúcar triturado, açúcar demerara e açúcar mascavo.

Etanol

A Uisa produz etanol hidratado, utilizado diretamente como combustível em motores de combustão interna de veículos e equipamentos compatíveis, como automóveis, tratores, aeronaves agrícolas, entre outros. Também produz etanol anidro, que é misturado à gasolina na proporção determinada pela legislação vigente, sendo utilizado como aditivo obrigatório no abastecimento de veículos movidos a gasolina.

Energia elétrica

A energia elétrica gerada durante o processo produtivo é utilizada para abastecimento interno, sendo o excedente comercializado no mercado.

Soja

A produção e comercialização de toda a plantação de soja é realizada por meio da sua Controlada, Guanabara Agrícola Ltda.

Biomassa

Produzimos, bagaço (a fibra que sobra após a extração do caldo da cana-de-açúcar, usada como fonte de energia) como subprodutos da nossa produção de açúcar e etanol. O bagaço é utilizado para gerar todo o vapor e eletricidade necessários à operação de nossa usina e vendemos o seu excedente.

CBIOs

Os CBIOs (Créditos de Descarbonização) são títulos emitidos através da comercialização do etanol, e que podem ser negociados por produtores de biocombustíveis, dentro do programa Renovabio.

Levedura

Bio Nutrition é um segmento da Uisa voltado à diversificação do portfólio de produtos biotecnológicos aplicados à nutrição animal. A partir de resíduos gerados no processo de fabricação de etanol, o segmento desenvolve derivados de levedura desidratados, que são utilizados como ingredientes por grandes centros consumidores, agregando valor à cadeia produtiva por meio de soluções sustentáveis e de alto desempenho nutricional.

Segmentos não reportáveis

São materiais de almoxarifado, imóveis urbanos, serviços e outros.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração de resultado do lucro operacional por segmento, com foco na rentabilidade.



a) Conciliação das informações sobre segmentos com valores reportados nas demonstrações financeiras

Demonstração do resultado consolidado por segmento

										2026
Consolidado	Açúcar	Etanol	CBIOs	Energia Elétrica	Soja	Biomassa	Levedura	Total Segmentos reportáveis	Segmentos não reportáveis	Total
Receita Líquida	916.697	852.129	11.646	19.319	25.048	14.811	14.713	1.854.363	3.132	1.857.495
Custo dos produtos vendidos	(677.128)	(584.762)	(13.251)	(26.345)	(22.499)	(10.011)	(10.602)	(1.344.598)	(4.701)	(1.349.299)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.646)	(21.646)
Lucro (prejuízo) bruto	239.569	267.367	(1.605)	(7.026)	2.549	4.800	4.111	509.765	(23.215)	486.550
Despesas com vendas	(139.853)	(2.613)	-	(1.137)	(331)	-	-	(143.934)	-	(143.934)
Demais despesas (receitas) operacionais, líquidas	(7.754)	(6.892)	(27)	(175)	(4.094)	-	-	(18.942)	(266)	(19.208)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	91.962	257.862	(1.632)	(8.338)	(1.876)	4.800	4.111	346.889	(23.481)	323.408
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(258.878)	(258.878)
Imposto de renda e contribuição social correntes, diferidos e incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	1.251	1.251
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.781
Depreciação e amortização	(250.391)	(305.997)	-	(17.619)	-	(3.658)	-	(577.665)	(18.890)	(596.555)



Demonstração do resultado consolidado por segmento

2025

Consolidado	Açúcar	Etanol	CBIOs	Energia Elétrica	Soja	Biomassa	Levedura	Total Segmentos reportáveis	Segmentos não reportáveis	Total
Receita Líquida	1.027.136	690.389	21.530	12.208	25.142	15.976	12.114	1.804.495	2.037	1.806.532
Custo dos produtos vendidos	(635.056)	(538.768)	(27.545)	(23.544)	(20.426)	(9.636)	(9.849)	(1.264.824)	(4.400)	(1.269.224)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.152)	(23.152)
Lucro (prejuízo) bruto	392.080	151.621	(6.015)	(11.336)	4.716	6.340	2.265	539.671	(25.515)	514.156
Despesas com vendas	(122.748)	(1.450)	-	(1.287)	-	-	-	(125.485)	-	(125.485)
Demais despesas operacionais, líquidas	(83.261)	(55.294)	(239)	(970)	(117)	-	-	(139.881)	(1.756)	(141.637)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	186.071	94.877	(6.254)	(13.593)	4.599	6.340	2.265	274.305	(27.271)	247.034
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(376.952)	(376.952)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(339)	(339)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	33.517	33.517
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.740)
Depreciação e amortização	(233.961)	(289.693)	-	(3.580)	-	-	-	(527.234)	(2.278)	(529.512)



Segmentos geográficos

Receita líquida está dividida entre mercado interno e externo, a receita proveniente do mercado externo refere-se à comercialização de açúcar e está distribuída nas seguintes regiões:

	Consolidado	
	2026	2025
Mercado interno	1.500.246	1.391.166
Mercado externo	155.485	207.218
Europa	124.346	161.810
América do Sul	25.749	43.040
Outros	5.390	2.368
Mercado externo - Fim específico de exportação (por região exportadora no território nacional) (i)	201.764	208.148
Sudeste	199.366	206.142
Norte	2.398	2.006
Total receita líquida	1.857.495	1.806.532

(i) Trata-se de operações de venda destinadas a clientes comerciais exportadores, com finalidade específica de exportação, em conformidade com o §1º do art. 1º da Lei nº 8.402/1992 e com o art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, que regulamentam esse tipo de operação.

Ativos operacionais consolidados por segmento

As informações sobre ativos totais por segmentos não são apresentadas, uma vez que não fazem parte do conjunto de informações utilizadas pelos administradores da Companhia para tomada de decisões. As decisões relacionadas a investimentos e a alocação de recursos são baseadas em informações consolidadas dos segmentos de açúcar e etanol. Nos demais segmentos, os ativos e passivos não são analisados de forma segregada pelos gestores.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia teve clientes que representaram mais de 10% de sua receita líquida. O principal cliente representou 15% da receita líquida em 31 de março de 2026 e 13% em 31 de março de 2025.

27. Receitas líquidas

a) Receitas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Mercado interno	1.658.834	1.496.222	1.683.994	1.519.738
Mercado externo	360.722	431.695	360.722	431.695
Receita bruta de vendas	2.019.556	1.927.917	2.044.716	1.951.433
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(202.661)	(173.246)	(219.513)	(174.558)
Subvenção para investimento e custeio (i)	32.292	29.657	32.292	29.657
Receitas líquidas	1.849.187	1.784.328	1.857.495	1.806.532

(i) Refere-se, substancialmente, à subvenção para investimento, relacionada ao crédito outorgado pelos benefícios do PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso), calculado sobre o ICMS, e à subvenção para custeio, correspondente ao crédito presumido de ICMS concedido pelo Estado do Pará, conforme descrito na nota explicativa nº 33.



b) Receitas líquidas por produto

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Mercado interno	1.491.938	1.368.962	1.500.246	1.391.166
Etanol	852.129	690.389	852.129	690.389
Açúcar	572.282	613.296	559.448	611.770
Soja	-	-	25.048	25.142
Energia elétrica	19.319	12.208	19.319	12.208
Biomassa	14.811	15.976	14.811	15.976
Levedura	14.713	12.114	14.713	12.114
CBIOs	11.646	21.530	11.646	21.530
Não segmentado	7.038	3.449	3.132	2.037
Mercado externo	357.249	415.366	357.249	415.366
Açúcar	357.249	415.366	357.249	415.366
Receitas líquidas	1.849.187	1.784.328	1.857.495	1.806.532



28. Custos e despesas por natureza

A seguir, é apresentada a reconciliação das despesas por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025:

Tipo de gastos	Controladora							
	Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Matéria prima e materiais de uso e consumo (i)	(628.492)	(663.309)	(5.361)	(6.456)	(4.694)	(5.270)	(638.547)	(675.035)
Depreciação e amortização	(581.787)	(514.900)	(2.964)	(3.722)	(10.314)	(10.779)	(595.065)	(529.401)
Gastos com pessoal	(72.843)	(58.422)	(8.903)	(9.896)	(54.331)	(49.061)	(136.077)	(117.379)
Serviços de terceiros	(46.630)	(11.127)	(19.024)	(17.158)	(58.530)	(49.065)	(124.184)	(77.350)
Fretes	(5.925)	(2.454)	(103.431)	(87.294)	(486)	(3.934)	(109.842)	(93.682)
Recuperação custos de parceria	-	1.624	-	-	-	-	-	1.624
Variação no valor dos ativos biológicos	(21.646)	(23.475)	-	-	-	-	(21.646)	(23.475)
Totais	(1.357.323)	(1.272.063)	(139.683)	(124.526)	(128.355)	(118.109)	(1.625.361)	(1.514.698)

Tipo de gastos	Consolidado							
	Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Matéria prima e materiais de uso e consumo (i)	(655.737)	(676.437)	(5.470)	(6.456)	(4.698)	(5.304)	(665.905)	(688.197)
Depreciação e amortização	(583.277)	(515.011)	(2.964)	(3.722)	(10.314)	(10.779)	(596.555)	(529.512)
Gastos com pessoal	(64.597)	(64.185)	(9.792)	(10.360)	(54.331)	(49.061)	(128.720)	(123.606)
Serviços de terceiros	(40.541)	(12.761)	(19.702)	(17.232)	(58.621)	(49.065)	(118.864)	(79.058)
Fretes	(5.147)	(2.454)	(106.006)	(87.715)	(600)	(3.934)	(111.753)	(94.103)
Recuperação custos de parceria	-	1.624	-	-	-	-	-	1.624
Variação no valor dos ativos biológicos	(21.646)	(23.152)	-	-	-	-	(21.646)	(23.152)
Totais	(1.370.945)	(1.292.376)	(143.934)	(125.485)	(128.564)	(118.143)	(1.643.443)	(1.536.004)

(i) Paras as rubricas de despesas com vendas e despesas gerais e administrativas são consideradas apenas materiais de uso e consumo, não incluindo matéria prima.



28.1 Provisão para perda de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cientes do mercado interno e externo	523	198	436	182
Outros (i)	(3.849)	(3.606)	(3.850)	(3.593)
Provisão para perda de crédito esperada	(3.326)	(3.408)	(3.414)	(3.411)

(i) Refere-se, substancialmente, a valores a receber do cliente FGC Distribuição de Combustíveis, com prazo de recebimento superior a 12 meses, para os quais foi constituída provisão para perdas de crédito esperadas, considerando as incertezas quanto à sua realização, sendo que a Companhia está adotando as medidas cabíveis para a recuperação desses valores na esfera contenciosa.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Outras receitas operacionais		138.474	40.132	137.583	39.164
Crédito tributário		-	13.205	-	13.205
Recuperação de créditos (i)		105.692	-	105.692	-
Reversão da provisão para contingências	22	3.753	14.251	3.726	13.976
Baixa do passivo de arrendamento		10.398	-	10.398	-
Resultado da alienação de imobilizado		2.451	3.617	2.451	3.617
Outras receitas		16.180	9.059	15.316	8.366
Outras despesas operacionais		(20.415)	(58.685)	(24.813)	(59.247)
Tributos e taxas diversas		(10.849)	(43.175)	(11.224)	(43.476)
Renúncia crédito ICMS		-	(1.765)	-	(1.765)
Outras despesas		(9.566)	(13.745)	(13.589)	(14.006)
Outras receitas (despesas), líquidas		118.059	(18.553)	112.770	(20.083)

(i) Os valores reconhecidos a título de créditos tributários referem-se a: (i) R\$ 36.262, relativos à reapuração de créditos de ICMS, incluindo a apropriação de créditos sobre óleo diesel e de créditos proporcionais vinculados às exportações; e (ii) R\$ 69.430, relativos a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS incidentes sobre o etanol. A realização desses créditos ocorrerá de forma recorrente no curso das operações da Companhia.



30. Resultado financeiro, líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras		134.580	55.008	138.048	55.631
Juros recebidos e auferidos (i)		47.338	46.684	50.696	47.307
Rendimentos FIP (ii)		57.465	-	57.465	-
Resultado com operações NDF (Non Deliverable Forward) (iii)		29.271	-	29.271	-
Ajuste a valor presente		506	-	616	-
Outras receitas		-	8.324	-	8.324
Despesas financeiras		(423.420)	(386.913)	(425.900)	(387.898)
Ajuste a valor presente		-	(8.583)	-	(8.693)
Juros empréstimos e financiamento	20	(333.444)	(274.239)	(334.004)	(274.552)
Encargos financeiros sobre adiantamentos de clientes		(32.517)	-	(32.517)	-
Demais juros		-	(6.772)	-	(6.772)
Resultado com operações NDF (Non Deliverable Forward) (iii)		-	(18.631)	-	(18.631)
Resultado com swap (iv)		(14.194)	(34.140)	(14.194)	(34.140)
Encargos sobre tributos		(22.222)	(25.777)	(22.351)	(25.796)
Outras despesas		(21.043)	(18.771)	(22.834)	(19.314)
Variação cambial e monetária, líquida		28.861	(44.438)	28.974	(44.685)
Empréstimos e financiamentos	20	31.530	(46.209)	31.530	(46.209)
Outros		(2.669)	1.771	(2.556)	1.524
Resultado financeiro líquido		(259.979)	(376.343)	(258.878)	(376.952)

(i) Referem-se, principalmente, a rendimentos de aplicações financeiras e a atualizações de tributos a recuperar.

(ii) Em 31 de março de 2026, foi reconhecida receita financeira de R\$ 57.465 do Net Zero Now Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Subclasse B), pelo método da taxa de juros efetiva, composta por R\$ 17.672 de juros e R\$ 39.793 de prêmio apropriado, conforme nota explicativa 35.

(iii) Refere-se aos efeitos dos instrumentos derivativos utilizados para proteção cambial das operações de venda de açúcar denominadas em dólar, conforme mencionado na nota explicativa 31b.

(iv) Referem-se aos efeitos dos instrumentos derivativos com o objetivo de proteger a atualização do preço da tonelada de açúcar, migrando de uma taxa fixa para uma taxa indexada ao CDI. Adicionalmente, foram utilizados instrumentos derivativos para proteção de operações originalmente contratadas a taxas prefixadas, passando para taxas indexadas ao CDI acrescido de juros, conforme mencionado na nota explicativa 31b.



31. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada a seguir, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não estão incluídas informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Classificação	Controladora			
			2026		2025	
			Valor Contábil	Nível 2	Valor Contábil	Nível 2
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9a	Custo Amortizado	655.945	-	553.793	-
Aplicações financeiras	9b	Custo Amortizado	45.636	-	31.798	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	Valor justo por meio do resultado	9.660	9.660	11.723	11.723
Contas a receber de clientes	10	Custo Amortizado	133.165	-	100.920	-
Contas a receber de partes relacionadas	13a	Custo Amortizado	17	-	-	-
Empréstimo para partes relacionadas	13a	Custo Amortizado	23.139	-	33.712	-
Net Zero Now Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	35	Custo Amortizado	211.401	-	-	-
Total de ativos financeiros			1.078.963	9.660	731.946	11.723
Passivos financeiros						
Fornecedores	18	Custo Amortizado	143.380	-	160.715	-
Empréstimos e financiamentos	20	Custo Amortizado	2.690.112	3.504.319	2.141.890	2.583.527
Instrumentos financeiros derivativos	31b	Valor justo por meio do resultado	29.911	29.911	49.335	49.335
Contas a pagar de partes relacionadas	13a	Custo Amortizado	-	-	1.515	1.515
Arrendamento a pagar	17b	Custo Amortizado	421.128	-	457.543	-
Contas a pagar de aquisição de terra	24	Custo Amortizado	34.271	34.271	51.219	51.219
Total de passivos financeiros			3.318.802	3.568.501	2.862.217	2.685.596



	Nota	Classificação	Consolidado			
			2026		2025	
			Valor Contábil	Nível 2	Valor Contábil	Nível 2
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9a	Custo amortizado	697.559	-	570.992	-
Aplicações financeiras	9b	Custo amortizado	45.636	-	31.798	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	Valor justo por meio do resultado	9.660	9.660	11.723	11.723
Contas a receber de clientes	10	Custo amortizado	92.878	-	97.878	-
Empréstimo para partes relacionadas	13a	Custo amortizado	23.139	-	33.712	-
Net Zero Now Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	35	Custo amortizado	211.401	-	-	-
Total de ativos financeiros			1.080.273	9.660	746.103	11.723
Passivos financeiros						
Fornecedores	18	Custo amortizado	145.564	-	160.486	-
Empréstimos e financiamentos	20	Custo amortizado	2.693.349	3.507.693	2.141.890	2.583.527
Instrumentos financeiros derivativos	31b	Valor justo por meio do resultado	29.911	29.911	49.335	49.335
Arrendamento a pagar	17b	Custo amortizado	421.128	-	457.543	-
Contas a pagar aquisição de terra	24	Custo amortizado	34.271	34.271	51.219	51.219
Total de passivos financeiros			3.324.223	3.571.875	2.860.473	2.684.081

b) Instrumento financeiro derivativos

A Uisa possui, com caráter exclusivo de proteção, operações de que protegem contra o risco de juros e inflação por meio dos swaps pré-fixada por CDI, IPCA por CDI e operações NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção cambial, conforme demonstradas a seguir:

Modalidade	Vencimento	Controladora e Consolidado			
		Nocional		Posição swap e NDF (valor justo)	
		2026	2025	2026	2025
Swap de Juros passivo (i)	2031	516.200	420.360	(29.911)	(42.815)
Swap de Juros ativo (i)	2025	-	150.000	-	9.434
Swap (operação adiantamento de açúcar) (ii)	2026	-	90.000	-	(1.669)
Derivativos operações NDF (*) ativo (iii)	2026	12.936	16.429	9.660	2.289
Derivativos operações NDF (*) passivo (iii)	2026	-	29.720	-	(4.851)
Total em moeda nacional		529.136	706.509	(20.251)	(37.612)

(*) NDF (*Non Deliverable Forward*)

Ativo circulante	9.660	11.723
Passivo circulante	18.611	25.536
Passivo não circulante	11.300	23.799

(i) Instrumentos de derivativos para proteção de operações com taxas Pré fixadas para CDI mais juros.

(ii) Instrumentos de derivativos para proteção de operações indexadas por IPCA x CDI encerrados em 30 de janeiro de 2026.

(iii) Instrumentos de derivativos para proteção cambial de operações de venda de produto "açúcar" em dólar.



c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas Controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, sendo: os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gestão de riscos da Companhia e de suas Controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Diretor-Presidente sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Uisa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Uisa. A Uisa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

1) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Uisa incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco origina-se, principalmente, das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros mantidos pela Uisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	9a	655.945	553.793	697.559	570.992
Aplicações financeiras	9b	45.636	31.798	45.636	31.798
Instrumentos financeiros derivativos	31b	9.660	11.723	9.660	11.723
Contas a receber de clientes	10	133.165	100.920	92.878	97.878
Contas a receber de partes relacionadas	13a	17	-	-	-
Empréstimo para partes relacionadas	13a	23.139	33.712	23.139	33.712
Net Zero Now Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	35	211.401	-	211.401	-
Total de ativos financeiros		1.078.963	731.946	1.080.273	746.103
Circulante		876.459	712.188	877.786	726.345
Não circulante		202.504	19.758	202.487	19.758

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AAA (triplo A), *rating* emitido por pelo menos, uma das principais agências de risco (*Moody's, Fitch e Standard & Poors*).



Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e de suas Controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características de cada cliente. A Uisa avalia anualmente o risco de crédito de seus clientes e, sempre que há uma inclusão de um novo cliente, é atribuído um limite individual de crédito conforme o risco identificado.

Perdas por redução no valor recuperável

A Uisa avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes; e (b) atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base no item (a) acima e na situação de contas a receber do cliente (atual ou vencida) e perdas esperadas. A composição por vencimento das contas a receber de clientes dos mercados interno e externo na data das demonstrações financeiras, para as quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável de acordo com as classificações de risco interna, era o seguinte:

	2026			Controladora 2025		
	Taxa de perda de crédito esperada	Saldo contábil	Provisão para perda esperada	Taxa de perda de crédito esperada	Saldo contábil	Provisão para perda esperada
	A vencer:	0%	130.615	1	0%	95.360
Vencidas						
até 30 dias	0%	1.204	-	0%	5.032	-
31 a 60 dias	0%	52	-	0%	497	-
61 a 90 dias	0%	31	-	0%	-	-
91 a 180 dias	6%	945	54	0%	31	-
acima de 180 dias	44%	670	297	100%	875	875
		133.517	352		101.795	875

	2026			Consolidado 2025		
	Taxa de perda de crédito esperada	Saldo contábil	Provisão para perda esperada	Taxa de perda de crédito esperada	Saldo contábil	Provisão para perda esperada
	A vencer:	0%	90.104	1	0%	91.480
Vencidas						
até 30 dias	0%	1.220	-	0%	5.808	-
31 a 60 dias	0%	66	-	0%	509	-
61 a 90 dias	22%	125	28	0%	15	-
91 a 180 dias	7%	1.054	75	0%	48	-
acima de 180 dias	46%	764	351	98%	909	891
		93.333	455		98.769	891

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada foi:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo anterior	(875)	(1.073)	(891)	(1.073)
Adição	(246)	(875)	(335)	(891)
Reversão	769	1.073	771	1.073
Saldo final	(352)	(875)	(455)	(891)

Garantias

A Companhia e suas Controladas têm como política não exigir garantia a terceiros.



2) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas Controladas enfrentem dificuldades para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia e de suas Controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam sistemas de informação e ferramentas de gestão que proporcionam condições para o monitoramento das exigências de fluxo de caixa e a otimização do retorno sobre investimentos. É prática da Companhia e de suas controladas operar com elevada liquidez, a fim de garantir o cumprimento das obrigações operacionais e financeiras ao longo de um ciclo operacional. Essa estratégia considera também o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e oscilações cíclicas no mercado de commodities.

Não se espera que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas Controladas, ocorram significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	Nota	Controladora					2026
		Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros							
Fornecedores	18	143.380	143.380	143.380	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	2.690.112	3.083.611	543.938	1.475.945	1.054.003	9.725
Instrumentos financeiros derivativos	31b	29.911	34.359	21.378	12.766	215	-
Arrendamento e Parcerias a pagar	17b	421.128	642.772	122.168	184.548	138.572	197.484
Total de passivos financeiros		3.284.531	3.904.122	830.864	1.673.259	1.192.790	207.209
Circulante		734.810	830.864				
Não circulante		2.549.721	3.073.258				

	Nota	Consolidado					2026
		Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros							
Fornecedores	18	145.564	145.564	145.564	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	2.693.349	3.086.848	547.175	1.475.945	1.054.003	9.725
Instrumentos financeiros derivativos	31b	29.911	34.359	21.378	12.766	215	-
Arrendamento e Parcerias a pagar	17b	421.128	642.772	122.168	184.548	138.572	197.484
Total de passivos financeiros		3.289.952	3.909.543	836.285	1.673.259	1.192.790	207.209
Circulante		740.231	836.285				
Não circulante		2.549.721	3.073.258				


Controladora
2025

	Nota	Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros							
Fornecedores	18	160.715	161.045	161.045	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	2.141.890	2.408.308	795.661	1.158.254	447.143	7.250
Instrumentos financeiros derivativos	31b	49.335	63.672	32.962	28.119	2.591	-
Contas a pagar de partes relacionadas	13a	1.515	1.515	-	-	-	1.515
Arrendamento e Parcerias a pagar	17b	457.543	743.670	118.808	220.098	153.403	251.361
Total de passivos financeiros		2.810.998	3.378.210	1.108.476	1.406.471	603.137	260.126
Circulante		985.789	1.108.476				
Não circulante		1.825.209	2.269.734				

Consolidado
2025

	Nota	Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros							
Fornecedores	18	160.486	160.816	160.816	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	2.141.890	2.408.308	795.661	1.158.254	447.143	7.250
Instrumentos financeiros derivativos	31b	49.335	63.672	32.962	28.119	2.591	-
Arrendamento e Parcerias a pagar	17b	457.543	743.670	118.808	220.098	153.403	251.361
Total de passivos financeiros		2.809.254	3.376.466	1.108.247	1.406.471	603.137	258.611
Circulante		985.560	1.108.247				
Não circulante		1.823.694	2.268.219				

3) Risco de mercado

Taxas de câmbio e risco de taxas de juros

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, poderão afetar resultados da Companhia e de suas Controladas ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e de suas Controladas estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), PRÉ, TLP-IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), Variação Consecana e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Visando à mitigação desse tipo de risco, a Uisa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas e contratos de swap.



i) Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas Controladas foram:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	9a	655.945	553.793	697.559	570.992
Aplicações financeiras	9b	45.636	31.798	45.636	31.798
Instrumentos financeiros derivativos	31b	9.660	11.723	9.660	11.723
Empréstimos para partes relacionadas	13a	23.139	33.712	23.139	33.712
Net Zero Now Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	35	211.401	-	211.401	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	20	2.690.112	2.141.890	2.693.349	2.141.890
Instrumentos financeiros derivativos	31b	29.911	49.335	29.911	49.335

ii) Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros aplicáveis aos empréstimos, financiamentos e ativos financeiros, apresenta-se uma análise de sensibilidade que estima o impacto sobre o patrimônio e o resultado do exercício, considerando os possíveis aumentos ou reduções. As taxas utilizadas para o cálculo do passivo financeiro são o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) ou o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acrescidas da taxa de juros dos empréstimos e financiamentos, e os ativos financeiros são indexados pelo CDI, conforme registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2026. O Cenário atual corresponde à condição de

estabilidade nas taxas de juros, sem variações. Já o Cenário 1, considerado razoavelmente possível, estima uma variação de 9% nas taxas de juros. Os efeitos são apresentados em termos de apreciação e depreciação das taxas, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Controladora	Nota	Valor	Risco	2026			
				Cenário atual		Cenário I	
				Taxa %	Valor	Taxa %	Valor
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	9a	655.945	CDI	14,80%	97.080	15,69%	102.905
Aplicações financeiras	9b	45.636	CDI	14,80%	6.754	15,69%	7.159
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao CDI	20	(2.525.667)	CDI	18,35%	(463.481)	19,45%	(491.290)
Instrumentos financeiros derivativos Pré x CDI mais juros	31b	516.200	CDI	14,87%	76.759	15,76%	81.364
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao IPCA	20	(127.732)	IPCA	11,10%	(14.181)	11,77%	(15.032)
Resultado financeiro líquido (estimado)					(297.069)		(314.894)
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)							(17.825)



Consolidado	Nota	Valor	Risco	2026			
				Cenário atual		Cenário I	
				Taxa %	Valor	Taxa %	Valor
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	9a	697.559	CDI	14,80%	103.239	15,69%	109.433
Aplicações financeiras	9b	45.636	CDI	14,80%	6.754	15,69%	7.159
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao CDI	20	(2.525.667)	CDI	18,35%	(463.481)	19,45%	(491.290)
Instrumentos financeiros derivativos Pré x CDI mais juros	31b	516.200	CDI	14,87%	76.759	15,76%	81.364
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao IPCA	20	(127.732)	IPCA	11,10%	(14.181)	11,77%	(15.032)
Resultado financeiro líquido (estimado)					(290.910)		(308.366)
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)							(17.456)

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Controladora	Nota	Valor	Risco	2026			
				Cenário atual		Cenário I	
				Taxa%	Valor	Taxa%	Valor
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	9a	655.945	CDI	14,80%	97.083	13,91%	91.255
Aplicações financeiras	9b	45.636	CDI	14,80%	6.754	13,91%	6.349
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao CDI	20	(2.525.667)	CDI	18,35%	(463.481)	17,25%	(435.672)
Instrumentos financeiros derivativos Pré x CDI mais juros	31b	516.200	CDI	14,87%	76.759	13,98%	72.153
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao IPCA	20	(127.732)	IPCA	11,10%	(14.181)	10,44%	(13.326)
Resultado financeiro líquido (estimado)					(297.066)		(279.241)
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)							17.825

Consolidado	Nota	Valor	Risco	2026			
				Cenário atual		Cenário I	
				Taxa %	Valor	Taxa %	Valor
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	9a	697.559	CDI	14,80%	103.239	13,91%	97.044
Aplicações financeiras	9b	45.636	CDI	14,80%	6.754	13,91%	6.349
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao CDI	20	(2.525.667)	CDI	18,35%	(463.481)	17,25%	(435.672)
Instrumentos financeiros derivativos Pré x CDI mais juros	31b	516.200	CDI	14,87%	76.759	13,98%	72.153
Empréstimos e financiamentos pós-fixados ao IPCA	20	(127.732)	IPCA	11,10%	(14.181)	10,44%	(13.328)
Resultado financeiro líquido (estimado)					(290.910)		(273.454)
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)							17.456

Risco de moeda

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.



Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas gerencia o risco comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

i) Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	Nota	Controladora e Consolidado			
		2026		2025	
		R\$	US\$	R\$	US\$
Empréstimos e financiamentos	20	(240.260)	(46.037)	(530.051)	(92.318)
Instrumentos financeiros derivativos	31b	12.936	2.479	136.149	23.713
Exposição		(227.324)	(43.558)	(393.902)	(68.605)

ii) Análise de sensibilidade - Risco de moeda

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano. A Uisa apresenta cenários com elevação e redução de 9% da variável de risco considerado, com base nas posições de em 31 de março de 2026 e 2025. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os respectivos montantes. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Uisa conforme descrito a seguir:

Controladora e Consolidado	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	Elevação	Redução	Elevação	Redução
Real (variação de 9%)	(35.451)	35.451	27.014	(27.014)
USD (variação de 9%)	(6.174)	6.174	4.705	(4.705)
Impacto em 31 de março de 2025	(41.625)	41.625	31.719	(31.719)
Real (variação de 9%)	(20.459)	20.459	15.590	(15.590)
USD (variação de 9%)	(3.920)	3.920	2.987	(2.987)
Impacto em 31 de março de 2026	(24.379)	24.379	18.577	(18.577)

4) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e de suas Controladas é realizada para assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para os investimentos necessários à continuidade dos negócios, além de garantir a liquidez para suas atividades, equilibrando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A Uisa monitora sua estrutura de capital com base no índice financeiro, que corresponde a dívida líquida dividida pelo Ebitda ajustado. A dívida líquida, corresponde ao somatório das operações de dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos, incluindo operações de mercado de capitais (como debêntures e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e excluindo as dívidas fiscais (impostos parcelados), deduzidos de "Caixa e Equivalentes", contabilizado no ativo circulante de suas Demonstrações Financeiras auditadas. O Ebitda ajustado significa: (i) receita operacional líquida, mais ou menos (ii) variação do valor justo dos ativos biológicos (não caixa), menos (iii) custos dos produtos e serviços prestados, menos (iv) despesas de venda, gerais e administrativas, acrescidas de (v) depreciação e amortização, depreciação de lavoura, conforme Demonstrações do Fluxo de Caixa.



32. Compromissos

Compromissos de compra de cana de açúcar, compra e venda de energia e venda de açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) ou pela UNICA - União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil, esta última como alternativa caso o valor do ATR (Açúcares Totais Recuperáveis) não seja divulgado pelo Consecana. A Companhia também possui compromisso com contrato de venda e compra de energia elétrica, com vigência até agosto de 2029, com preço fixado em contrato e atualizado com base na taxa CDI e contrato de venda de açúcar com vigência até janeiro de 2029.

33. Subvenções para investimentos e assistência governamental

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia compreendem incentivos fiscais federais e estaduais, classificados como subvenções para investimento e custeio, relacionados às suas atividades operacionais. Tais subvenções são reconhecidas no resultado do exercício no período de competência, quando atendidas as condições estabelecidas pelos respectivos programas.

Incentivos Fiscais Estaduais – ICMS

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Mato Grosso e Pará, os quais incluem créditos outorgados e créditos presumidos.

No Estado de Mato Grosso, a Companhia participa do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (PRODEIC), que prevê a redução parcial do ICMS devido nas operações. A fruição do benefício está condicionada ao cumprimento das exigências previstas no programa, as quais se encontram sob controle da Companhia. O benefício é apurado com base no ICMS incidente sobre as vendas, mediante aplicação dos percentuais estabelecidos na legislação aplicável.

No Estado do Pará, a Companhia usufrui de crédito presumido de ICMS, calculado com base em percentual sobre a receita bruta, resultando na redução da carga tributária das operações.

Os incentivos fiscais estaduais classificados como subvenções para investimento são excluídos na apuração do lucro real para fins de IRPJ e CSLL, conforme legislação tributária vigente. Com a promulgação da lei 14.789/2023, não será mais necessário a constituição da reserva de incentivos fiscais, conforme mencionado na nota explicativa nº 25d.

Segue, abaixo, o quadro dos incentivos fiscais concedidos:

Incentivo fiscal estadual	Percentual de redução do ICMS	Vigência do benefício	Tipo Subvenção
Crédito Outorgado ICMS Etanol Anidro MT e Interestadual: Crédito ICMS de R\$ 0,22 por litro vendido, conforme Lei Complementar nº 631/19 – Decreto nº 288/19 resolução CONDEPRODEMAT nº 40/2019.	-	Vigência até 31/12/2032	Investimento
Crédito Outorgado ICMS Açúcar MT: Lei complementar nº 631/19 - Decreto nº 288/19.	75,00%	Vigência até 31/12/2032	Investimento
Crédito Outorgado ICMS Açúcar Interestadual: Lei complementar nº 631/19 - Decreto nº 288/19.	80,00%	Vigência até 31/12/2032	Investimento
Crédito Outorgado ICMS Etanol Hidratado: Lei complementar nº 631/19 - Decreto nº 288/19.	73,33%	Vigência até 31/12/2032	Investimento
Crédito Presumido ICMS Açucar: Art. 126, RICMS-PA-2014, Anexo V.	16,00%	Vigência até 31/12/2032	Custeio



Créditos de Descarbonização (CBIOs)

No âmbito do Programa Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/2017, a Companhia é emissora de Créditos de Descarbonização (CBIOs), que consistem em ativos ambientais negociáveis gerados a partir da certificação da produção de biocombustíveis, refletindo a eficiência energético-ambiental de suas operações.

A Administração avaliou a natureza econômica dos CBIOs com base na OCPC 10 - Créditos de Carbono, CBIO e Instrumentos Relacionados, no CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e no CPC 16 (R1) - Estoques, concluindo que os créditos gerados no âmbito do Programa Renovabio devem ser reconhecidos como estoques, tendo em vista sua destinação à negociação e venda. A contrapartida desse reconhecimento é registrada como subvenção governamental de natureza operacional, uma vez que o benefício econômico decorre de política pública instituída pelo Governo Federal para incentivar a produção sustentável de biocombustíveis e não da transferência de bens ou serviços a clientes. A comercialização dos CBIOs constitui evento distinto de sua geração, sendo reconhecida como receita quando da venda dos créditos, com a correspondente baixa dos estoques.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), consistente na redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, aplicável às atividades de produção de etanol (anidro e hidratado), açúcar, levedura e energia elétrica, em razão do enquadramento da unidade industrial localizada em Nova Olímpia – MT em setores prioritários para o desenvolvimento regional, com vigência a partir do ano-calendário de 2025 e término previsto para 2034, condicionada ao cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis. Em conformidade com o CPC 07 (IAS 20), o incentivo é reconhecido no resultado do exercício como redução da despesa de IRPJ, classificado como subvenção para investimento, e, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, o valor correspondente é destinado do lucro líquido para a Reserva de Incentivos Fiscais, a qual não integra a base de cálculo dos dividendos obrigatórios e somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos acumulados ou aumento do capital social.

Para o exercício findo em 31 de março de 2026, o valor dos incentivos estaduais (ICMS) e federal (SUDAM) que impactaram o resultado fiscal foi de R\$ 59.590 (R\$ 28.730 em 31 de março de 2025).



34. Reconciliação demonstração dos fluxos de caixa

a) Depreciação e amortização

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, os valores de depreciação e amortização foram reconhecidos como despesas não monetárias, sendo ajustados no lucro líquido para fins de apuração do fluxo de caixa operacional pelo método indireto. Parte desses valores refere-se a ativos que compõem os estoques, sendo apropriados como custo e não impactando diretamente o resultado do exercício. Abaixo, apresenta-se a reconciliação dos efeitos no resultado e nos estoques.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Transações com efeito no fluxo de caixa (resultado)		595.066	529.401	596.555	529.512
Depreciação e amortização		259.250	264.908	260.755	265.019
Depreciação - lavoura de cana-de-açúcar		139.447	124.656	139.440	124.656
Amortização de ativos biológicos por consumo		196.369	139.837	196.360	139.837
Transações com efeito no estoque		5.750	4.938	4.388	4.933
Depreciação e amortização		13.894	14.098	12.516	14.093
Depreciação - lavoura de cana-de-açúcar		(3.382)	(4.317)	(3.375)	(4.317)
Amortização de ativos biológicos por consumo		(4.762)	(4.843)	(4.753)	(4.843)
Total		600.816	534.339	600.943	534.445
Depreciação ativo imobilizado	16a	(306.440)	(294.795)	(306.567)	(294.901)
Depreciação direito de uso	17b	(99.314)	(100.731)	(99.314)	(100.731)
Amortização intangível	16b	(3.455)	(3.819)	(3.455)	(3.819)
Amortização ativo biológico	15	(191.607)	(134.994)	(191.607)	(134.994)

b) Aquisição de ativo imobilizado e intangível

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, foram adquiridos ativos imobilizados e intangível pelo desembolso líquido, conforme conciliado no quadro abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Transações com efeito no fluxo de caixa das atividades de investimentos		(461.853)	(563.283)	(466.877)	(563.445)
Adições ao imobilizado e intangível		(461.853)	(563.283)	(466.877)	(563.445)
Transações sem efeito caixa		(41.206)	(67.121)	(41.206)	(67.121)
Capitalização de custos de empréstimos		(34.138)	(2.717)	(34.138)	(2.717)
ICMS DIFAL (diferença entre as alíquotas interna e interestadual)		(1.028)	5.531	(1.028)	5.531
Movimentação de fornecedor do exercício		(6.040)	(69.935)	(6.040)	(69.935)
Total		(503.059)	(630.404)	(508.083)	(630.566)
Aquisição de ativo imobilizado	16a	499.394	626.646	504.418	626.808
Aquisição de ativo intangível	16b	3.665	3.758	3.665	3.758



35. Outros ativos

Segue composição dos saldos de outros ativos em 31 de março de 2026 e 2025.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Net Zero Now Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (i)	211.401	-	211.401	-
Geo Investimentos e Participações S.A. (ii)	-	115.960	-	115.960
Outros	16.740	6.117	14.543	9.854
Saldo final do exercício	228.141	122.077	225.944	125.814
Circulante	68.755	4.611	68.755	4.758
Não circulante	159.386	117.466	157.189	121.056

(i) Em 17 de novembro de 2025, a Companhia integralizou cotas da Subclasse B do Net Zero Now Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP NZN"), no montante de R\$ 153.936.177, mediante a conferência de créditos de AFAC e de contrato de mútuo. Em razão das características contratuais do instrumento e do modelo de negócios da Companhia, o investimento foi classificado como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, nos termos do CPC 48 Instrumentos Financeiros, por atender aos critérios de classificação, incluindo o teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*). A mensuração subsequente é efetuada pelo método da taxa de juros efetiva. No exercício findo em 31 de março de 2026, foram reconhecidos no resultado da Companhia juros no montante de R\$ 17.672 e prêmio apropriado no montante de R\$ 39.793.

(ii) Saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital.

* * *

Diretoria Executiva

José Fernando Mazuca Filho
Diretor-Presidente

Paulo César Leite
Diretor Comercial e Logística

Jari de Souza
Diretor Agroindustrial

Rodrigo Ribeiro Gonçalves
Diretor de Tecnologia e Inovação

Fábio Luiz Dal Posso
Diretor de Controladoria

Tomaz Carraro Pereira
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Contador

Wilson de Oliveira Eduardo
CRC MG 122481/O